

Diário do Legislativo de 23/01/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 89ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reunião Solene - Encerramento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

ATAS

ATA DA 89ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 19/12/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Leonídio Bouças e Alberto Pinto Coelho; aprovação - Questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2003; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da proposta com o substitutivo à Comissão Especial - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 25/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003; requerimento do Deputado Alberto Bejani e outro; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 43/2003; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44/2003; apresentação das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1 e 3; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 2; aprovação; votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1; questão de ordem; leitura da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3; questão de ordem; votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 3; declaração de voto - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.280/2003; apresentação das Emendas nºs 1 a 4; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 3; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 4; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.279/2003; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Prorrogação da reunião - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.116/2003; discursos dos Deputados Irani Barbosa e Rogério Correia; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Domingos Sávio, Bonifácio Mourão e Mauro Lobo; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; votação das emendas e das subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 7, 360, 370, 377, 384, 465 a 468, 534 a 537, 935, 936, 945, 972, 1.071, 1.073, 1.153 a 1.160, 1.163, 1.165 a 1.167, 1.198, 1.200, 1.481, 1.503, 1.876, 1.882, 1.885, 1.886, 1.888 a 1.890, 1.895, 1.905, 1.912 a 1.915, 1.919 a 1.926, 1.942 e 1.956; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 25/2003, dos Projetos de Lei Complementar nºs 36, 43 e 44/2003, do Projeto de Resolução nº 1.280/2003 e dos Projetos de Lei nºs 177, 473, 585, 708, 839, 840, 841, 850, 854, 898, 998, 1.037, 1.080 a 1.082, 1.133, 1.134, 1.239 e 1.279/2003; declarações de voto; registro de presença; Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.116/2003; discurso do Deputado Laudelino Augusto; encerramento da discussão; aprovação; declaração de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Projetos de Lei nºs 15, 311, 930 e 1.080/2003, que foram apreciados na reunião extraordinária de hoje pela manhã, e os Projetos de Lei nºs 779 e 842/2003, que receberam emendas em Plenário e foram devolvidos à Comissão de Defesa do Consumidor e à Comissão de Fiscalização Financeira, respectivamente, para parecer, e que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.083/2003, por não estarem preenchidos os pressupostos regimentais para sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

- A seguir, vêm à Mesa e são submetidos a votação e aprovados requerimentos dos Deputados Leonídio Bouças solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 1.280/2003 e os Projetos de Lei nº 1.279 e 1.116/2003 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem, e Alberto Pinto Coelho solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2003 seja apreciada em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, recebi um documento da Fiat Automóveis, objeto de uma reunião conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Direitos Humanos, tratando do caso do ex-funcionário dessa firma Juarez da Silva Chaves, que foi demitido. Sua filha, Bárbara Bruna de Souza, tem uma doença rara e fazia acompanhamento médico.

O Juarez entrou na justiça pedindo a garantia do tratamento de sua filha. Houve uma discussão na Casa com presença do sindicato dos empregados. Tenho em mão um agravo de instrumento. Comunico que o assunto foi resolvido. Apesar de a família da Bárbara morar em Betim, ela vinha fazendo o tratamento em Belo Horizonte, solicitou a garantia de continuar o tratamento na mesma clínica e com o mesmo médico.

Hoje a Bárbara está tendo assistência médica em Betim. A Deputada Ana Maria também participou dessa audiência pública. Os pais da Bárbara estavam aflitos, porque tinham de correr quando ela tinha as crises.

Todos os Deputados da Comissão pediram à empresa que fosse dado atendimento a essa garota. Foi impetrado mandado, agravo de instrumento, e foi feito acordo. A Gerente da Prefeitura, da Unidade de Saúde Dom Bosco, Maria Terezinha da Silva, emitiu parecer dizendo que o mesmo tratamento recebido em Belo Horizonte está sendo dado em Betim. A empresa arrumou outro emprego para o Juarez da Silva, que, depois, pediu demissão. A Fiat encaminhou à comissão, cujo Presidente, hoje, é o Deputado Alberto Bejani, cópia do acordo feito com a fundação dos empregados da empresa.

Por liberalidade de caráter humanitário, observadas as normas e condições previstas em seu estatuto social, essa empresa concedeu benefício de assistência médica à filha do autor, Bárbara Bruna de Souza, até novembro de 2003. O hospital público de Betim a está atendendo. Também por liberalidade de caráter humanitário, a Fiat doou quantia em dinheiro, sacado e entregue nas mãos do autor, assim como arcou com as custas dos honorários do advogado.

Quero dizer às Deputadas Jô Moraes, Ana Maria Resende e Marília Campos e ao Deputado Durval Ângelo, que também participaram da discussão sobre essa questão, que tudo foi resolvido. A empresa concedeu tudo o que foi solicitado pela Comissão. A situação da Bárbara, com a qual ficamos apavorados, está resolvida, e estão tentando arrumar outro emprego para o pai.

Quero parabenizar a Fiat, que cumpriu o que foi combinado na Comissão, dando toda a assistência, não apenas à Bárbara, mas à família. Graças a Deus, tudo foi resolvido da melhor forma possível!

Quero deixar isso registrado nos anais da Casa. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, de todos os projetos que constam na pauta de hoje, apenas dois, de resolução, que dizem respeito ao plano de carreira dos servidores, não necessitam de quórum especial para votação. Há também o orçamento, que ficará para o final. Solicito a V. Exa., como ainda falta fazer acertos em relação ao plano de carreira e ao projeto do IPSEMG, que suspenda a reunião, para que possamos fazer os acertos finais desses projetos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Rogério Correia, vai suspender a reunião por 2 horas para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2003, do Deputado Gil Pereira e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 1 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2003

Acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que dispõe sobre a criação de fundo para a revitalização do rio São Francisco.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. - Lei disporá sobre fundo, a ser criado, com o objetivo de viabilizar ações destinadas à recuperação, à preservação e à conservação ambiental da bacia do rio São Francisco em território mineiro."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, de de 2003.

Gil Pereira - Doutor Viana - Alencar da Silveira Jr. - Leonardo Quintão - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Rogério Correia - Jô Moraes - Maria Tereza Lara - João Bittar - Fahim Sawan - Fábio Avelar - Maria Olívia - Zé Maia - Mauro Lobo - Arlen Santiago - Padre João - Laudelino Augusto - Luiz Fernando Faria - Ana Maria Resende - Rêmoló Aloise - Dalmo Ribeiro Silva - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Paulo Cesar - Sargento Rodrigues - Pinduca Ferreira - Sidinho do Ferrotaco - Chico Simões - Antônio Carlos Andrada.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foi apresentado à proposta um substitutivo do Deputado Gil Pereira e outros, que recebeu o nº 1, e que, nos termos inciso II do art. 201 do Regimento Interno, encaminha a proposta com o substitutivo à Comissão Especial para parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c os arts. 201 e 205, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim"; os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A Presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita a atenção das Deputadas e dos Deputados para os seguintes procedimentos: as Deputadas e os Deputados deverão tomar os seus lugares. Ao toque da campainha e dentro de um prazo máximo de 20 segundos, deverão pressionar a tecla F4, digitar a sua senha e, em seguida, registrar o voto "sim", "não", ou "em branco", observando no visor do próprio posto de votação se o voto foi computado. A Presidência esclarece ainda que cada posto registra somente um voto. A Presidência vai dar início ao processo de votação; para tanto, solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta, salvo emenda.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dilton Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dilton Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1, ficando, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003 com a Emenda nº 1. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2003, do Deputado Chico Simões e outros, que acrescenta dispositivo ao art. 73 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c os arts. 201 e 205 do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

- Registra "não" o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados. Houve 1 voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2003, do Deputado Neider Moreira e outros, que altera o parágrafo único do art. 195 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c os arts. 201 e 205 do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclevor Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para novos entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o acesso, conferido ao Ministério Público do Estado, a banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento dos Deputados Alberto Bejani e Antônio Carlos Andrada, em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 21/2003. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 43/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a cessão de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para entidades associativas de militares e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados tomem os seus lugares. Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

- Registra "não" o Deputado Adalclevor Lopes.

O Deputado Adalclevor Lopes - Sr. Presidente, votei erroneamente. Meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclevor Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Biel Rocha - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 43/2003 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 44/2003, do Governador do Estado, que cria o Fundo Financeiro de Previdência - FUNFIP - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

SUBEMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2003

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

‘Art. - O art. 28 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 - A alíquota de contribuição mensal dos servidores ativos, dos inativos e dos pensionistas é de 11% (onze por cento) incidentes sobre a remuneração de contribuição, sobre os proventos e sobre o valor das pensões.

§ 1º - A alíquota de contribuição patronal será equivalente ao dobro da alíquota de contribuição prevista no "caput" deste artigo.

§ 2º - As alíquotas das contribuições previstas neste artigo serão objeto de reavaliação atuarial anual.

§ 3º - A alíquota de contribuição mensal dos inativos e dos pensionistas incidirá sobre o valor dos proventos e das pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

§ 4º - A alíquota de contribuição mensal dos servidores inativos e pensionistas em gozo de benefícios na data de promulgação da Emenda à Constituição da República nº 41, de 2003, bem como daqueles que já adquiriram o direito aos benefícios na referida data, incidirá sobre a parcela dos proventos e das pensões que superem 50% (cinquenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.’.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2003.

Mauro Lobo

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Até que se complete o prazo de noventa dias da publicação desta lei complementar, permanecem em vigor as atuais alíquotas de contribuição."

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2003.

Rêmoló Aloise

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto uma subemenda do Deputado Mauro Lobo à Emenda nº 1, que recebeu o nº 1, e uma subemenda do Deputado Rêmoló Aloise à Emenda nº 3, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita que os Deputados tomem os seus lugares. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - João Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

- Registra "não" o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Houve 1 voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas e subemendas. Em votação, a Emenda nº 2.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Biel Rocha - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - João Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria

Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmo Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 2. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Adalclever Lopes - Adeldo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmo Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 54 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a leitura da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Andrade) - (- Lê a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3, anteriormente publicada.)

Questão de Ordem

O Deputado Rêmo Aloise - Cheguei a esta Casa em 1990, ou seja, há 13 anos, e aprendi que devemos enfrentar as vitórias e as derrotas. Quando o Projeto de Lei nº 44/2003 tramitava nesta Casa, tentei corrigir, de maneira clara e transparente, o dispositivo do Projeto de Lei nº 64, por meio do qual demos autonomia total ao Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais e uma contribuição de 3,5% deste Poder para a assistência médica. Com o passar do tempo, não houve melhora.

A Assembléia está recolhendo, anualmente, R\$7.400.000,00 para proporcionar assistência médica aos funcionários desta Casa. Seria oportuno que assim o fizesse. Protocoliei à Comissão de Fiscalização Financeira e consegui ser vitorioso para a maioria absoluta daquela Comissão, mas, após o resultado, a Casa entendeu que o momento não era oportuno para tirar recursos do IPSEMG. Não nos importa se a assistência médica é devida ou não. Importa, sim, o momento de construção, em que nós, independente das cores partidárias, queremos um Estado maior e melhor.

Como Deputado de base do Governo, não tenho dúvidas de que eu deveria acatar a sugestão da maioria dos Deputados. Não me sinto derrotado, pelo contrário, peço aos Deputados que votem favoravelmente à Subemenda nº 1 à Emenda nº 3. A partir do ano que vem, poderemos estudar uma saúde melhor que a implantada.

Temos de acatar a decisão da maioria, caso contrário, sempre seremos derrotados. Essa semente está plantada. Feliz Natal! Que no próximo ano, voltemos mais preparados para continuar o trabalho que iniciamos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3.

- Registram "sim" as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados :

Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Biel Rocha - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmo Aloise - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 53 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 3. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3, fica prejudicada a Emenda nº 3, ficando, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 44/2003 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 2 e com as Subemendas de nº 1 às Emendas nºs 1 e 3. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, serei rápido, porque ainda votaremos o orçamento e o projeto do plano de carreira dos funcionários desta Casa. Agradeço, em nome do Bloco PT-PCdoB, ao Deputado Rêmo Aloise e à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por haver incluído essa subemenda à emenda apresentada anteriormente pelo Deputado Rêmo Aloise. Assim, impedimos que o desconto para o IPSEMG fosse voluntário. A contribuição solidária está mantida.

Agradeço, novamente, ao Deputado Rêmo Aloise. Reafirmo o compromisso de discutirmos em 2004 a situação do IPSEMG, a fim de que tenha melhor planejamento e consiga melhores resultados.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das

demais matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.280/2003, da Mesa da Assembléia, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.280/2003

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - São cinco as carreiras da Secretaria da Assembléia Legislativa, correspondentes aos cargos de:

I - Agente de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino fundamental, relativa aos atuais servidores titulares desse cargo;

II - Agente de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino fundamental, relativa aos servidores nomeados para esse cargo após a data de publicação desta lei;

III - Técnico de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino médio, relativa aos atuais servidores titulares desse cargo;

IV - Técnico de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino médio, relativa aos servidores nomeados para esse cargo após a data de publicação desta lei;

V - Analista Legislativo e de Procurador, de escolaridade inicial de ensino superior, com curso de graduação.

§ 1º - As carreiras de que trata o "caput" deste artigo são organizadas em classes e padrões de vencimento na forma da lei.

§ 2º - O ingresso nas carreiras de que tratam os incisos II, IV e V do "caput" deste artigo se dá no primeiro padrão de vencimento da classe inicial da carreira do cargo efetivo.

§ 3º - Ressalva-se do disposto no parágrafo anterior o reposicionamento, na forma da lei, dos atuais servidores titulares dos cargos de Analista Legislativo e de Procurador na carreira de que trata o inciso V do "caput" em relação à carreira anterior."

Sala das Reuniões, de de 2003.

Justificação: A emenda apresentada visa criar duas carreiras em extinção nas quais serão posicionados os atuais servidores ocupantes dos cargos de escolaridade de ensino fundamental e ensino médio.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º, ao art. 7º e ao § 3º do art. 8º a seguinte redação e acrescente-se ao "caput" do art. 5º o seguinte inciso IV:

"Art. 4º -

Parágrafo único - O período aquisitivo corresponderá sempre:

I - ao primeiro ano imediatamente anterior ao da movimentação na carreira para obtenção da promoção ou da progressão nas Classes I e II;

II - ao primeiro e ao segundo anos imediatamente anteriores ao da movimentação na carreira para obtenção da progressão na Classe III;

III - ao primeiro, ao segundo e ao terceiro anos imediatamente anteriores ao da movimentação na carreira para obtenção da progressão na Classe Especial.";

"Art. 5º -

IV - na Classe Especial, a movimentação do servidor se dá ao primeiro padrão de vencimento subsequente àquele em que esteja posicionado na carreira, observado o interstício mínimo de três anos civis contados da movimentação imediatamente anterior.";

"Art. 7º - Para a primeira movimentação dos atuais servidores reposicionados, na forma da lei, nas carreiras a que se referem os incisos I, III e V do "caput" do art. 3º, o interstício mínimo previsto nos incisos I a IV do art. 6º será contado a partir de 1º de janeiro de 2004, e não da movimentação imediatamente anterior.";

"Art. 8º -

§ 3º - Regulamento poderá estabelecer critérios diferenciados para os requisitos previstos no "caput" conforme a classe a que se referem os incisos I a IV do "caput" do art. 5º desta resolução."

Sala das Reuniões, de dezembro de 2003.

Mesa da Assembléia

Justificação: A emenda tem por objetivo acrescentar a Classe Especial nas carreiras dos cargos para os quais é exigida escolaridade em níveis fundamental e médio, a qual exigirá o cumprimento de um triênio para obtenção de progressão nessa classe.

ACORDO DE LÍDERES

Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, duas emendas, de autoria da Mesa da Assembléia, ao Projeto de Resolução nº 1.280/2003, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2003.

Antônio Carlos Andrada, Líder do BPSP - Rogério Correia, Líder do Bloco PT-PCdoB - Dinis Pinheiro, Líder do PL - Gil Pereira, Líder do PP.

EMENDA Nº 3

Substitua-se, no inciso I do art. 5º, a expressão "poderá concorrer a até cinco padrões" pela expressão "poderá concorrer a até três padrões".

Sala das Reuniões, de dezembro de 2003.

Mesa da Assembléia

Justificação: A emenda apresentada visa promover o desenvolvimento na carreira na Classe I de forma que, em cada classe, o desenvolvimento seja desacelerado de maneira uniforme à medida que o padrão de vencimento aumente.

EMENDA Nº 4

Substitua-se, no art. 13, a expressão "Deliberação da Mesa nº 5.211," pela expressão "Resolução nº 5.211,".

Sala das Reuniões, de dezembro de 2003.

Mesa da Assembléia

Justificação: A emenda apresentada visa a corrigir uma impropriedade na utilização da nomenclatura da norma que se pretende revogar.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto quatro emendas da Mesa da Assembléia, que receberam os nºs 1 a 4, sendo as duas primeiras apoiadas por Acordo de Líderes, as quais, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Olinto Godinho - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto. Meu voto é "sim", embora o painel tenha registrado "não".

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Emenda nº 2. Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Emenda nº 3. Em votação, a Emenda nº 4. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Emenda nº 4. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 1.280/2003 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Redação.

Discussão em 2º turno do Projeto de Lei nº 1.279/2003, da Mesa da Assembléia, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.279/2003

Dê-se aos arts. 4º ao 8º e aos Anexos I a V a seguinte redação e acrescente-se o Anexo VI:

"Art. 4º - São cinco as carreiras da Secretaria da Assembléia Legislativa, correspondentes aos cargos de:

I - Agente de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino fundamental, relativa aos atuais servidores titulares desse cargo;

II - Agente de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino fundamental, relativa aos servidores nomeados para esse cargo após a data de publicação desta lei;

III - Técnico de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino médio, relativa aos atuais servidores titulares desse cargo;

IV - Técnico de Apoio Legislativo, de escolaridade inicial de ensino médio, relativa aos servidores nomeados para esse cargo após a data de publicação desta lei;

V - Analista Legislativo e de Procurador, de escolaridade inicial de ensino superior, com curso de graduação.

§ 1º - As carreiras de que trata o "caput", em razão das atribuições de seus cargos, próprias da atividade privativa do poder público, integram o conjunto de carreiras das atividades exclusivas de Estado.

§ 2º - As carreiras previstas nos incisos I e III serão extintas com a vacância de seus respectivos cargos em virtude de exoneração, demissão, aposentadoria, morte ou outra forma de destituição dos atuais servidores.

§ 3º - As carreiras previstas no "caput" são organizadas em classes e padrões, na forma dos Anexos I e IV, com os respectivos símbolos, índices e valores de vencimento básico, para a jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta horas semanais e para a jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais.

§ 4º - Regulamento disciplinará a jornada especial de trabalho no âmbito da Secretaria da Assembléia Legislativa em razão da especialidade do cargo e de suas respectivas atribuições, estabelecendo as regras para concessão de sua redução.

§ 5º - Considerados os critérios estabelecidos em regulamento da Assembléia Legislativa para a redução de jornada de trabalho e resguardado o interesse da administração e dos serviços, a opção pela jornada de trinta horas semanais será concedida com redução proporcional dos vencimentos, em conformidade com os Anexos I, IV, V e VI.";

"Art. 5º - O reposicionamento do servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa titular dos cargos efetivos de Analista Legislativo e de Procurador e o reposicionamento do servidor titular dos cargos efetivos de Agente de Apoio Legislativo, de Técnico de Apoio Legislativo e do integrante do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa de que trata o art. 5º da Resolução nº 5.105, de 26 de setembro de 1991, dar-se-ão na forma prevista, respectivamente, nas tabelas constantes nos Anexos II e III, com a correspondência de igual valor de vencimento básico, relativo à carreira correspondente ao cargo do qual é titular, em que o servidor se encontrava posicionado na data de promulgação desta lei, a fim de se definir seu novo padrão, observando-se o disposto no § 1º deste artigo e no art. 6º desta lei.

§ 1º - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo ao servidor que se encontrava posicionado, na data de promulgação desta lei, em padrão de vencimento, relativo à carreira correspondente ao cargo do qual é titular, cujo valor seja superior ao do último padrão da carreira constante nos Anexos IV ou V, correspondente à do cargo do qual o servidor é titular.

§ 2º - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, o servidor continuará posicionado no mesmo padrão de vencimento previsto na tabela constante no Anexo VI em que se encontrava na data de promulgação desta lei.

§ 3º - Ao servidor de que trata o parágrafo anterior não se aplicam as regras de desenvolvimento na carreira.

§ 4º - O servidor que esteja designado para exercício de função gratificada ou ocupando cargo de provimento em comissão, na data de publicação desta lei, será repositado nas carreiras instituídas por esta lei no novo padrão de vencimento cujo valor seja igual ao do vencimento básico, de seu cargo de carreira, correspondente ao seu posicionamento na carreira anterior, na forma das tabelas de correspondência constantes nos Anexos II e III, observado o disposto no art. 7º e nos §§ 1º a 3º deste artigo.";

"Art. 6º - É assegurado novo reposicionamento ao servidor titular de cargo efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa que, após a data de publicação desta lei, obtiver título declaratório que lhe assegure direito à continuidade de percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, da seguinte forma:

I - na hipótese em que o valor do padrão de vencimento assegurado no título declaratório relativo ao apostilamento seja superior ao valor do último padrão de vencimento básico das carreiras constantes no Anexo IV, no caso dos cargos de Agente de Apoio Legislativo e de Técnico de Apoio Legislativo, o servidor será repositado no padrão de vencimento previsto na tabela constante no Anexo VI cujo valor seja igual ao do padrão de vencimento assegurado no apostilamento, observado o disposto no § 3º do art. 5º;

II - na hipótese em que o valor do padrão de vencimento assegurado no título declaratório relativo ao apostilamento seja inferior ou igual ao valor do último padrão de vencimento básico da carreira constante no Anexo I, no caso dos cargos de Analista Legislativo e de Procurador, ou no Anexo IV, no caso dos cargos de Agente de Apoio Legislativo e de Técnico de Apoio Legislativo, o servidor será repositado no padrão de vencimento previsto na tabela constante no Anexo I ou IV, conforme o cargo do qual seja titular, cujo valor seja igual ao do padrão de vencimento assegurado no apostilamento.";

"Art. 7º - A tabela de vencimentos básicos da Assembléia Legislativa, constante no Anexo VI, continua aplicável:

I - à remuneração dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas;

II - às parcelas remuneratórias e indenizatórias calculadas com base nessa tabela que não se constituam nos vencimentos básicos relativos à carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa;

III - à remuneração do servidor de que trata o § 1º do art. 5º e o inciso I do art. 6º;

IV - para referenciar a situação em que se encontravam posicionados os atuais servidores inativos na tabela de vencimentos no momento de passagem para a inatividade.";

"Art. 8º - Aplica-se o disposto no art. 2º desta lei ao servidor de que trata o art. 5º da Resolução nº 5.105, de 26 de setembro de 1991, na forma do Anexo V desta lei.";

"Anexo I - Carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa

Agente de Apoio Legislativo - Código AL-AG

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		AG - 1	2,8295	741,10	555,83
		AG - 2	3,1483	824,60	618,45
		AG - 3	3,3058	865,86	649,40
		AG - 4	3,4710	909,12	681,84
	I	AG - 5	3,6445	954,57	715,93
		AG - 6	3,8268	1.002,32	751,74
		AG - 7	4,0181	1.052,42	789,32

		AG - 8	4,2190	1.105,04	828,78
		AG - 9	4,4299	1.160,28	870,21
		AG - 10	4,6513	1.218,27	913,70
		AG - 11	4,8840	1.279,22	959,42
		AG - 12	5,1281	1.343,15	1.007,36
Agente		AG - 13	5,3845	1.410,31	1.057,73
de	II	AG - 14	5,6538	1.480,84	1.110,63
Apoio		AG - 15	5,9364	1.554,86	1.166,15
Legislativo		AG - 16	6,2334	1.632,65	1.224,49
		AG - 17	6,5450	1.714,27	1.285,70
		AG - 18	6,8723	1.799,99	1.349,99
		AG - 19	7,2159	1.889,99	1.417,49
		AG - 20	7,5768	1.984,52	1.488,39
		AG - 21	7,9556	2.083,73	1.562,80
	III	AG - 22	8,3534	2.187,92	1.640,94
		AG - 23	8,7710	2.297,30	1.722,98
		AG - 24	9,2096	2.412,18	1.809,14
		AG - 25	9,6701	2.532,79	1.899,59

Anexo I - Carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa

Técnico de Apoio Legislativo - Código AL-TE

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		TE - 1	5,9364	1.554,86	1.166,15
		TE - 2	6,2334	1.632,65	1.224,49
		TE - 3	6,5450	1.714,27	1.285,70

		TE - 4	6,8723	1.799,99	1.349,99
	I	TE - 5	7,2159	1.889,99	1.417,49
		TE - 6	7,5768	1.984,52	1.488,39
		TE - 7	7,9556	2.083,73	1.562,80
		TE - 8	8,3534	2.187,92	1.640,94
		TE - 9	8,7710	2.297,30	1.722,98
		TE - 10	9,2096	2.412,18	1.809,14
		TE - 11	9,6701	2.532,79	1.899,59
		TE - 12	10,1536	2.659,43	1.994,57
Técnico		TE - 13	10,6612	2.792,38	2.094,29
de	II	TE - 14	11,1943	2.932,01	2.199,01
Apoio		TE - 15	11,7542	3.078,66	2.309,00
Legislativo		TE - 16	12,3418	3.232,56	2.424,42
		TE - 17	12,9588	3.394,17	2.545,63
		TE - 18	13,6068	3.563,89	2.672,92
		TE - 19	14,2871	3.742,08	2.806,56
		TE - 20	15,0015	3.929,19	2.946,89
		TE - 21	15,7517	4.125,69	3.094,27
	III	TE - 22	16,4605	4.311,33	3.233,50
		TE - 23	17,2011	4.505,31	3.378,98
		TE - 24	17,9752	4.708,06	3.531,05
		TE - 25	18,7841	4.919,93	3.689,95

Anexo I - Carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa

Analista Legislativo e Procurador - Códigos AL-AN e AL-PR

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H)	Vencimento (Jornada Semanal 30 H)
-------	--------	--------------------------------------	--------	---	---

				em R\$	em R\$
		AN - 1 / PR - 1	11,1943	2.932,01	2.199,01
		AN - 2 / PR - 2	11,7542	3.078,66	2.309,00
		AN - 3 / PR - 3	12,3418	3.232,56	2.424,42
		AN - 4 / PR - 4	12,9588	3.394,17	2.545,63
	I	AN - 5 / PR - 5	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AN - 6 / PR - 6	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AN - 7 / PR - 7	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AN - 8 / PR - 8	15,7517	4.125,69	3.094,27
		AN - 9 / PR - 9	16,4605	4.311,33	3.233,50
Analista		AN - 10 / PR - 10	17,2011	4.505,31	3.378,98
Legislativo /		AN - 11 / PR - 11	17,9752	4.708,06	3.531,05
Procurador		AN - 12 / PR - 12	18,7841	4.919,93	3.689,95
		AN - 13 / PR - 13	19,6293	5.141,31	3.855,98
	II	AN - 14 / PR - 14	20,5127	5.372,69	4.029,52
		AN - 15 / PR - 15	21,9126	5.739,35	4.304,51
		AN - 16 / PR - 16	23,7493	6.220,42	4.665,32
		AN - 17 / PR - 17	25,6058	6.706,67	5.030,00
		AN - 18 / PR - 18	27,6108	7.231,82	5.423,87
		AN - 19 / PR - 19	28,5900	7.488,29	5.616,22
		AN - 20 / PR - 20	29,6100	7.755,45	5.816,59

		AN - 21 / PR - 21	30,6700	8.033,09	6.024,82
	III	AN - 22 / PR - 22	31,7700	8.321,20	6.240,90
		AN - 23 / PR - 23	32,9100	8.619,79	6.464,84
		AN - 24 / PR - 24	34,0900	8.928,85	6.696,64
		AN - 25 / PR - 25	35,3087	9.248,05	6.936,04

Anexo II - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Analista Legislativo / Procurador

Situação Anterior		Nova Situação			Índice
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	Cargo	
	AL - 28	AN - 1 / PR - 1			11,1943
	AL - 29	AN - 2 / PR - 2			11,7542
	AL - 30	AN - 3 / PR - 3			12,3418
	AL - 31	AN - 4 / PR - 4			12,9588
	AL - 32	AN - 5 / PR - 5	I		13,6068
	AL - 33	AN - 6 / PR - 6			14,2871
	AL - 34	AN - 7 / PR - 7			15,0015
	AL - 35	AN - 8 / PR - 8			15,7517
	AL - 36	AN - 9 / PR - 9			16,4605
	AL - 37	AN - 10 / PR - 10			17,2011
Técnico	AL - 38	AN - 11 / PR - 11			17,9752
de Apoio	AL - 39	AN - 12 / PR - 12		Analista	18,7841

às Atividades	AL - 40	AN - 13 / PR - 13		Legislativo /	19,6293
da	AL - 41	AN - 14 / PR - 14	II	Procurador	20,5127
Secretaria /	AL - 42	AN - 15 / PR - 15			21,9126
Procurador	AL - 43	AN - 16 / PR - 16			23,7493
	AL - 44	AN - 17 / PR - 17			25,6058
	AL - 45	AN - 18 / PR - 18			27,6108
	AL - 46	AN - 19 / PR - 19			28,5900
	AL - 47	AN - 20 / PR - 20			29,6100
	AL - 48	AN - 21 / PR - 21			30,6700
	AL - 49	AN - 22 / PR - 22	III		31,7700
	AL - 50	AN - 23 / PR - 23			32,9100
	AL - 51	AN - 24 / PR - 24			34,0900
	AL - 52	AN - 25 / PR - 25			35,3087

Anexo III - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Agente de Apoio Legislativo

Situação Anterior		Nova Situação			Índice
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	Cargo	
	AL - 1	AL - 1			2,8295
	AL - 2	AL - 2			3,1483
	AL - 3	AL - 3			3,3058
	AL - 4	AL - 4	I		3,4710
	AL - 5	AL - 5			3,6445

	AL - 6	AL - 6			3,8268
	AL - 7	AL - 7			4,0181
	AL - 8	AL - 8			4,2190
Agente	AL - 9	AL - 9		Agente	4,4299
de Apoio	AL - 10	AL - 10		de	4,6513
às Atividades	AL - 11	AL - 11		Apoio	4,8840
da	AL - 12	AL - 12		Legislativo	5,1281
Secretaria	AL - 13	AL - 13			5,3845
	AL - 14	AL - 14	II		5,6538
	AL - 15	AL - 15			5,9364
	AL - 16	AL - 16			6,2334
	AL - 17	AL - 17			6,5450
	AL - 18	AL - 18			6,8723
	AL - 19	AL - 19			7,2159
	AL - 20	AL - 20			7,5768
	AL - 21	AL - 21			7,9556
	AL - 22	AL - 22	III		8,3534
	AL - 23	AL - 23			8,7710
	AL - 24	AL - 24			9,2096
	AL - 25	AL - 25			9,6701

	AL - 26	AL - 26			10,1536
	AL - 27	AL - 27			10,6612
	AL - 28	AL - 28			11,1943
	AL - 29	AL - 29			11,7542
	AL - 30	AL - 30			12,3418
	AL - 31	AL - 31	Especial		12,9588
	AL - 32	AL - 32			13,6068
	AL - 33	AL - 33			14,2871
	AL - 34	AL - 34			15,0015
	AL - 35	AL - 35			15,7517

Anexo III - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Técnico de Apoio Legislativo

Situação Anterior		Nova Situação			Índice
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	Cargo	
	AL - 15	AL - 15			5,9364
	AL - 16	AL - 16			6,2334
	AL - 17	AL - 17			6,5450
	AL - 18	AL - 18			6,8723
	AL - 19	AL - 19	I		7,2159
	AL - 20	AL - 20			7,5768
	AL - 21	AL - 21			7,9556

	AL - 22	AL - 22			8,3534
	AL - 23	AL - 23			8,7710
	AL - 24	AL - 24			9,2096
	AL - 25	AL - 25			9,6701
Oficial	AL - 26	AL - 26		Técnico	10,1536
de Apoio	AL - 27	AL - 27		de	10,6612
às Atividades	AL - 28	AL - 28	II	Apoio	11,1943
da	AL - 29	AL - 29		Legislativo	11,7542
Secretaria	AL - 30	AL - 30			12,3418
	AL - 31	AL - 31			12,9588
	AL - 32	AL - 32			13,6068
	AL - 33	AL - 33			14,2871
	AL - 34	AL - 34			15,0015
	AL - 35	AL - 35			15,7517
	AL - 36	AL - 36	III		16,4605
	AL - 37	AL - 37			17,2011
	AL - 38	AL - 38			17,9752
	AL - 39	AL - 39			18,7841
	AL - 40	AL - 40			19,6293
	AL - 41	AL - 41			20,5127
	AL - 42	AL - 42			21,9126

	AL - 43	AL - 43	Especial		23,7493
	AL - 44	AL - 44			25,6058

Anexo III - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa

Agente de Execução às Atividades da Secretaria

Situação Anterior		Nova Situação		Índice
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	
	AL - 1	AL - 1		2,8295
	AL - 2	AL - 2		3,1483
	AL - 3	AL - 3		3,3058
	AL - 4	AL - 4	I	3,4710
	AL - 5	AL - 5		3,6445
	AL - 6	AL - 6		3,8268
	AL - 7	AL - 7		4,0181
	AL - 8	AL - 8		4,2190
Agente	AL - 9	AL - 9		4,4299
de Execução	AL - 10	AL - 10		4,6513
às Atividades	AL - 11	AL - 11		4,8840
da Secretaria	AL - 12	AL - 12		5,1281
	AL - 13	AL - 13		5,3845
	AL - 14	AL - 14	II	5,6538
	AL - 15	AL - 15		5,9364

	AL - 16	AL - 16		6,2334
	AL - 17	AL - 17		6,5450
	AL - 18	AL - 18		6,8723
	AL - 19	AL - 19		7,2159
	AL - 20	AL - 20		7,5768
	AL - 21	AL - 21		7,9556
	AL - 22	AL - 22	III	8,3534
	AL - 23	AL - 23		8,7710
	AL - 24	AL - 24		9,2096
	AL - 25	AL - 25		9,6701
	AL - 26	AL - 26		10,1536
	AL - 27	AL - 27		10,6612
	AL - 28	AL - 28		11,1943
	AL - 29	AL - 29		11,7542
	AL - 30	AL - 30		12,3418
	AL - 31	AL - 31	Especial	12,9588
	AL - 32	AL - 32		13,6068
	AL - 33	AL - 33		14,2871
	AL - 34	AL - 34		15,0015
	AL - 35	AL - 35		15,7517

Anexo III - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa

Oficial de Execução às Atividades da Secretaria

Situação Anterior		Nova Situação		Índice
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	
	AL - 15	AL - 15		5,9364
	AL - 16	AL - 16		6,2334
	AL - 17	AL - 17		6,5450
	AL - 18	AL - 18		6,8723
	AL - 19	AL - 19	I	7,2159
	AL - 20	AL - 20		7,5768
	AL - 21	AL - 21		7,9556
	AL - 22	AL - 22		8,3534
	AL - 23	AL - 23		8,7710
	AL - 24	AL - 24		9,2096
	AL - 25	AL - 25		9,6701
Oficial	AL - 26	AL - 26		10,1536
de Execução	AL - 27	AL - 27		10,6612
às Atividades	AL - 28	AL - 28	II	11,1943
da Secretaria	AL - 29	AL - 29		11,7542
	AL - 30	AL - 30		12,3418
	AL - 31	AL - 31		12,9588
	AL - 32	AL - 32		13,6068

	AL - 33	AL - 33		14,2871
	AL - 34	AL - 34		15,0015
	AL - 35	AL - 35		15,7517
	AL - 36	AL - 36	III	16,4605
	AL - 37	AL - 37		17,2011
	AL - 38	AL - 38		17,9752
	AL - 39	AL - 39		18,7841
	AL - 40	AL - 40		19,6293
	AL - 41	AL - 41		20,5127
	AL - 42	AL - 42		21,9126
	AL - 43	AL - 43	Especial	23,7493
	AL - 44	AL - 44		25,6058

Anexo III - Tabela de Correspondência de Padrões de Vencimento

Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa

Técnico de Eexecução às Atividades da Secretaria

Situação Anterior		Nova Situação		
Cargo	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Classe	Índice
	AL - 28	AL - 28		11,1943
	AL - 29	AL - 29		11,7542
	AL - 30	AL - 30		12,3418
	AL - 31	AL - 31		12,9588

	AL - 32	AL - 32	I	13,6068
	AL - 33	AL - 33		14,2871
	AL - 34	AL - 34		15,0015
	AL - 35	AL - 35		15,7517
	AL - 36	AL - 36		16,4605
	AL - 37	AL - 37		17,2011
	AL - 38	AL - 38		17,9752
	AL - 39	AL - 39		18,7841
Técnico	AL - 40	AL - 40		19,6293
de Execução	AL - 41	AL - 41	II	20,5127
às Atividades	AL - 42	AL - 42		21,9126
da Secretaria	AL - 43	AL - 43		23,7493
	AL - 44	AL - 44		25,6058
	AL - 45	AL - 45		27,6108
	AL - 46	AL - 46		28,5900
	AL - 47	AL - 47		29,6100
	AL - 48	AL - 48		30,6700
	AL - 49	AL - 49	III	31,7700
	AL - 50	AL - 50		32,9100
	AL - 51	AL - 51		34,0900
	AL - 52	AL - 52		35,3087

(em Extinção)

Agente de Apoio Legislativo - Código AL-AG

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		AL - 1	2,8295	741,10	555,83
		AL - 2	3,1483	824,60	618,45
		AL - 3	3,3058	865,86	649,40
		AL - 4	3,4710	909,12	681,84
	I	AL - 5	3,6445	954,57	715,93
		AL - 6	3,8268	1.002,32	751,74
		AL - 7	4,0181	1.052,42	789,32
		AL - 8	4,2190	1.105,04	828,78
		AL - 9	4,4299	1.160,28	870,21
		AL - 10	4,6513	1.218,27	913,70
		AL - 11	4,8840	1.279,22	959,42
		AL - 12	5,1281	1.343,15	1.007,36
Agente		AL - 13	5,3845	1.410,31	1.057,73
de	II	AL - 14	5,6538	1.480,84	1.110,63
Apoio		AL - 15	5,9364	1.554,86	1.166,15
Legislativo		AL - 16	6,2334	1.632,65	1.224,49
		AL - 17	6,5450	1.714,27	1.285,70
		AL - 18	6,8723	1.799,99	1.349,99

		AL - 19	7,2159	1.889,99	1.417,49
		AL - 20	7,5768	1.984,52	1.488,39
		AL - 21	7,9556	2.083,73	1.562,80
	III	AL - 22	8,3534	2.187,92	1.640,94
		AL - 23	8,7710	2.297,30	1.722,98
		AL - 24	9,2096	2.412,18	1.809,14
		AL - 25	9,6701	2.532,79	1.899,59
		AL - 27	10,6612	2.792,38	2.094,29
		AL - 28	11,1943	2.932,01	2.199,01
		AL - 29	11,7542	3.078,66	2.309,00
		AL - 30	12,3418	3.232,56	2.424,42
		AL - 31	12,9588	3.394,17	2.545,63
	Especial	AL - 32	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AL - 33	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AL - 34	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AL - 35	15,7517	4.125,69	3.094,27

Anexo IV - Carreiras do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa

(em Extinção)

Técnico de Apoio Legislativo - Código AL-TE

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		AL - 15	5,9364	1.554,86	1.166,15

		AL - 16	6,2334	1.632,65	1.224,49
		AL - 17	6,5450	1.714,27	1.285,70
		AL - 18	6,8723	1.799,99	1.349,99
	I	AL - 19	7,2159	1.889,99	1.417,49
		AL - 20	7,5768	1.984,52	1.488,39
		AL - 21	7,9556	2.083,73	1.562,80
		AL - 22	8,3534	2.187,92	1.640,94
		AL - 23	8,7710	2.297,30	1.722,98
		AL - 24	9,2096	2.412,18	1.809,14
		AL - 25	9,6701	2.532,79	1.899,59
		AL - 26	10,1536	2.659,43	1.994,57
Técnico		AL - 27	10,6612	2.792,38	2.094,29
de	II	AL - 28	11,1943	2.932,01	2.199,01
Apoio		AL - 29	11,7542	3.078,66	2.309,00
Legislativo		AL - 30	12,3418	3.232,56	2.424,42
		AL - 31	12,9588	3.394,17	2.545,63
		AL - 32	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AL - 33	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AL - 34	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AL - 35	15,7517	4.125,69	3.094,27
	III	AL - 36	16,4605	4.311,33	3.233,50

		AL - 37	17,2011	4.505,31	3.378,98
		AL - 38	17,9752	4.708,06	3.531,05
		AL - 39	18,7841	4.919,93	3.689,95
		AL - 40	17,2011	4.505,31	3.378,98
		AL - 41	17,9752	4.708,06	3.531,05
		AL - 42	18,7841	4.919,93	3.689,95
	Especial	AL - 43	23,7493	6.220,42	4.665,32
		AL - 44	25,6058	6.706,67	5.030,00

Anexo V - Carreiras do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembleia Legislativa

(em Extinção)

Agente de Execução às Atividades da Secretaria

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		AL - 1	2,8295	741,10	555,83
		AL - 2	3,1483	824,60	618,45
		AL - 3	3,3058	865,86	649,40
		AL - 4	3,4710	909,12	681,84
	I	AL - 5	3,6445	954,57	715,93
		AL - 6	3,8268	1.002,32	751,74
		AL - 7	4,0181	1.052,42	789,32
		AL - 8	4,2190	1.105,04	828,78
		AL - 9	4,4299	1.160,28	870,21

		AL - 10	4,6513	1.218,27	913,70
		AL - 11	4,8840	1.279,22	959,42
		AL - 12	5,1281	1.343,15	1.007,36
Agente		AL - 13	5,3845	1.410,31	1.057,73
de Execução	II	AL - 14	5,6538	1.480,84	1.110,63
às Atividades		AL - 15	5,9364	1.554,86	1.166,15
da Secretaria		AL - 16	6,2334	1.632,65	1.224,49
		AL - 17	6,5450	1.714,27	1.285,70
		AL - 18	6,8723	1.799,99	1.349,99
		AL - 19	7,2159	1.889,99	1.417,49
		AL - 20	7,5768	1.984,52	1.488,39
		AL - 21	7,9556	2.083,73	1.562,80
	III	AL - 22	8,3534	2.187,92	1.640,94
		AL - 23	8,7710	2.297,30	1.722,98
		AL - 24	9,2096	2.412,18	1.809,14
		AL - 25	9,6701	2.532,79	1.899,59
		AL - 27	10,6612	2.792,38	2.094,29
		AL - 28	11,1943	2.932,01	2.199,01
		AL - 29	11,7542	3.078,66	2.309,00
		AL - 30	12,3418	3.232,56	2.424,42
	Especial	AL - 31	12,9588	3.394,17	2.545,63

		AL - 32	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AL - 33	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AL - 34	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AL - 35	15,7517	4.125,69	3.094,27

Anexo V - Carreiras do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa

(em Extinção)

Oficial de Execução às Atividades da Secretaria

Cargo	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
		AL - 15	5,9364	1.554,86	1.166,15
		AL - 16	6,2334	1.632,65	1.224,49
		AL - 17	6,5450	1.714,27	1.285,70
		AL - 18	6,8723	1.799,99	1.349,99
	I	AL - 19	7,2159	1.889,99	1.417,49
		AL - 20	7,5768	1.984,52	1.488,39
		AL - 21	7,9556	2.083,73	1.562,80
		AL - 22	8,3534	2.187,92	1.640,94
		AL - 23	8,7710	2.297,30	1.722,98
		AL - 24	9,2096	2.412,18	1.809,14
		AL - 25	9,6701	2.532,79	1.899,59
		AL - 26	10,1536	2.659,43	1.994,57
Oficial		AL - 27	10,6612	2.792,38	2.094,29
de Execução	II	AL - 28	11,1943	2.932,01	2.199,01

às Atividades		AL - 29	11,7542	3.078,66	2.309,00
da Secretaria		AL - 30	12,3418	3.232,56	2.424,42
		AL - 31	12,9588	3.394,17	2.545,63
		AL - 32	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AL - 33	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AL - 34	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AL - 35	15,7517	4.125,69	3.094,27
		AL - 36	16,4605	4.311,33	3.233,50
		AL - 37	17,2011	4.505,31	3.378,98
	III	AL - 38	17,9752	4.708,06	3.531,05
		AL - 39	18,7841	4.919,93	3.689,95
		AL - 40	17,2011	4.505,31	3.378,98
		AL - 41	17,9752	4.708,06	3.531,05
		AL - 42	18,7841	4.919,93	3.689,95
	Especial	AL - 43	23,7493	6.220,42	4.665,32
		AL - 44	25,6058	6.706,67	5.030,00

Anexo V - Carreiras do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembleia Legislativa

(em Extinção)

Técnico de Execução às Atividades da Secretaria

Cargo / Classificação	Classe	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
--------------------------	--------	--------------------------------------	--------	---	---

		AL - 28	11,1943	2.932,01	2.199,01
		AL - 29	11,7542	3.078,66	2.309,00
		AL - 30	12,3418	3.232,56	2.424,42
		AL - 31	12,9588	3.394,17	2.545,63
	I	AL - 32	13,6068	3.563,89	2.672,92
		AL - 33	14,2871	3.742,08	2.806,56
		AL - 34	15,0015	3.929,19	2.946,89
		AL - 35	15,7517	4.125,69	3.094,27
Técnico		AL - 36	16,4605	4.311,33	3.233,50
de Execução		AL - 37	17,2011	4.505,31	3.378,98
às Atividades		AL - 38	17,9752	4.708,06	3.531,05
da Secretaria		AL - 39	18,7841	4.919,93	3.689,95
		AL - 40	19,6293	5.141,31	3.855,98
	II	AL - 41	20,5127	5.372,69	4.029,52
		AL - 42	21,9126	5.739,35	4.304,51
		AL - 43	23,7493	6.220,42	4.665,32
		AL - 44	25,6058	6.706,67	5.030,00
		AL - 45	27,6108	7.231,82	5.423,87
		AL - 46	28,5900	7.488,29	5.616,22
		AL - 47	29,6100	7.755,45	5.816,59
		AL - 48	30,6700	8.033,09	6.024,82
	III	AL - 49	31,7700	8.321,20	6.240,90
		AL - 50	32,9100	8.619,79	6.464,84
		AL - 51	34,0900	8.928,85	6.696,64
		AL - 52	35,3087	9.248,05	6.936,04

Anexo VI - Tabela de Vencimentos Básicos - AL-1 a AL-52

Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$	Padrão (Símbolo de Vencimento)	Índice	Vencimento (Jornada Semanal 40 H) em R\$	Vencimento (Jornada Semanal 30 H) em R\$
AL-1	2,8295	741,10	555,83	AL-29	11,7542	3.078,66	2.309,00
AL-2	3,1483	824,60	618,45	AL-30	12,3418	3.232,56	2.424,42
AL-3	3,3058	865,86	649,40	AL-31	12,9588	3.394,17	2.545,63
AL-4	3,4710	909,12	681,84	AL-32	13,6068	3.563,89	2.672,92
AL-5	3,6445	954,57	715,93	AL-33	14,2871	3.742,08	2.806,56
AL-6	3,8268	1.002,32	751,74	AL-34	15,0015	3.929,19	2.946,89
AL-7	4,0181	1.052,42	789,32	AL-35	15,7517	4.125,69	3.094,27
AL-8	4,2190	1.105,04	828,78	AL-36	16,4605	4.311,33	3.233,50
AL-9	4,4299	1.160,28	870,21	AL-37	17,2011	4.505,31	3.378,98
AL-10	4,6513	1.218,27	913,70	AL-38	17,9752	4.708,06	3.531,05
AL-11	4,8840	1.279,22	959,42	AL-39	18,7841	4.919,93	3.689,95
AL-12	5,1281	1.343,15	1.007,36	AL-40	19,6293	5.141,31	3.855,98
AL-13	5,3845	1.410,31	1.057,73	AL-41	20,5127	5.372,69	4.029,52
AL-14	5,6538	1.480,84	1.110,63	AL-42	21,9126	5.739,35	4.304,51
AL-15	5,9364	1.554,86	1.166,15	AL-43	23,7493	6.220,42	4.665,32
AL-16	6,2334	1.632,65	1.224,49	AL-44	25,6058	6.706,67	5.030,00
AL-17	6,5450	1.714,27	1.285,70	AL-45	27,6108	7.231,82	5.423,87
AL-18	6,8723	1.799,99	1.349,99	AL-46	28,5900	7.488,29	5.616,22

AL-19	7,2159	1.889,99	1.417,49	AL-47	29,6100	7.755,45	5.816,59
AL-20	7,5768	1.984,52	1.488,39	AL-48	30,6700	8.033,09	6.024,82
AL-21	7,9556	2.083,73	1.562,80	AL-49	31,7700	8.321,20	6.240,90
AL-22	8,3534	2.187,92	1.640,94	AL-50	32,9100	8.619,79	6.464,84
AL-23	8,7710	2.297,30	1.722,98	AL-51	34,0900	8.928,85	6.696,64
AL-24	9,2096	2.412,18	1.809,14	AL-52	35,3087	9.248,05	6.936,04"
AL-25	9,6701	2.532,79	1.899,59	Cargos em Comissão			
AL-26	10,1536	2.659,43	1.994,57	S-01	18,7841	4.919,93	
AL-27	10,6612	2.792,38	2.094,29	S-02	21,9126	5.739,35	
AL-28	11,1943	2.932,01	2.199,01	S-03	27,6108	7.231,82	

Sala das Reuniões, de dezembro de 2003.

Mesa da Assembléia

Justificação: A presente emenda visa à criação de carreiras em extinção compostas dos cargos de Agente de Apoio Legislativo e de Técnico de Apoio Legislativo e ainda dos cargos integrantes do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa, de forma a permitir a extensão da carreira para os atuais ocupantes dos mencionados cargos. Essa alteração consubstancia-se na criação da Classe Especial.

ACORDO DE LÍDERES

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda, da Mesa da Assembléia ao Projeto de Lei nº 1.279/2003, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2003.

Antônio Carlos Andrada - Rogério Correia - Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Miguel Martini - Chico Simões.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foi apresentada ao projeto emenda da Mesa da Assembléia, apoiada pela maioria dos Líderes com assento nesta Casa, a qual recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será votada independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação da Emenda nº 1, ficando, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.279/2003 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até às 19h59min.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.116/2003, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento

Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 8 a 18, 209 a 221, 305 a 308, 309 a 324, 355 a 359, 361 a 369, 371 a 376, 378 a 380, 382, 395 a 397, 408 a 427, 437, 438 a 447, 448, 449, 450, 451, 456 a 458, 462 a 464, 469 a 481, 482 a 484, 485 a 487, 489, 490 a 492, 494 a 499, 500 a 521, 522 a 525, 526 a 528, 531 a 533, 539, 540, 541 a 543, 544 a 546, 547 a 557, 575 a 577, 586 a 699, 701, 702 a 704, 705 a 708, 709 a 712, 713 a 731, 732 a 735, 736 a 739, 740 a 754, 779 a 782, 814, 815, 816 a 823, 824, 825, 827 a 836, 838 a 843, 898 a 916, 917, 919 a 928, 934, 937, 949 a 953, 954, 955, 960 a 971, 973 a 975, 999, 1027 a 1030, 1032 a 1038, 1039 a 1044, 1045, 1047 a 1054, 1069, 1070, 1072, 1074 a 1076, 1077 a 1086, 1126 a 1144, 1145 a 1147, 1148 a 1152, 1161, 1162, 1164, 1174 a 1176, 1199, 1217 a 1221, 1404, 1405 a 1410, 1413 a 1435, 1436 a 1450, 1451 a 1454, 1455 a 1458, 1476 a 1479, 1480, 1482, 1483 a 1487, 1488, 1489, 1494 a 1497, 1504, 1505, 1506 a 1515, 1635 a 1649, 1679 a 1692, 1829 a 1832, 1834, 1838, 1839, 1841, 1842, 1845, 1846, 1898 a 1900, 1902 a 1904, 1906 a 1911, 1938 a 1941, 1943 e 1945 a 1952, 1953 a 1965, 1968 a 1982 e 1984 a 2030, com as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 7, 360, 370, 377, 384, 465 a 468, 534 a 537, 935, 936, 972, 1071, 1073, 1153 a 1160, 1163, 1165 a 1167, 1198, 1200, 1481, 1503, 1876, 1882, 1885, 1886, 1888 a 1890, 1895, 1905, 1912 a 1915, 1919 a 1926 e 1942, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 6, 22 a 208, 222 a 304, 345 a 354, 381, 383, 385 a 394, 398 a 407, 428 a 436, 452 a 455, 459 a 461, 488, 493, 529, 530, 538, 558 a 574, 578 a 585, 700, 755 a 778, 783 a 813, 837, 844 a 897, 918, 929 a 933, 938 a 944, 946, 947, 956 a 959, 976 a 998, 1000 a 1026, 1031, 1046, 1055 a 1068, 1087 a 1125, 1168 a 1173, 1177 a 1197, 1201 a 1216, 1222 a 1403, 1411, 1412, 1459 a 1475, 1490 a 1493, 1498 a 1502, 1516 a 1634, 1650 a 1678, 1693 a 1828, 1833, 1835 a 1837, 1840, 1843, 1844, 1847 a 1875, 1877 a 1881, 1883, 1884, 1887, 1891 a 1894, 1896, 1897, 1901, 1916 a 1918, 1927 a 1937 e 1944. Com a aprovação da Emenda nº 1.956, fica prejudicada a Emenda nº 945. A Emenda nº 948 fica prejudicada por estar contemplada no projeto. As Emendas nºs 19 a 21, 325 a 344, 826, 1966, 1967 e 1983 foram retiradas pelos respectivos autores. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Deputados, no findar do ano de 2003, ocupamos esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 1.116/2003, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2004.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado Irani Barbosa, estou preocupado com a manifestação de V. Exa. quanto ao orçamento do Estado. A Emenda nº 1.125 contempla boa parte da região metropolitana.

O Deputado Irani Barbosa* - Ela foi aprovada ou rejeitada, Deputado?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Ela foi rejeitada. Gostaria que V. Exa., que também é votado em Belo Horizonte, se empenhasse para mudar a situação.

Na oportunidade, desejo a todos os Deputados boas festas e um 2004 com muita paz, saúde, e sorte. Acima de tudo, desejo que continuemos mudando os rumos de Minas Gerais e colaborando para um Estado sempre melhor.

Lembro a todos que um ano já se passou, nessa convivência que temos aqui.

Deputado Irani Barbosa é importante que V. Exa. faça a defesa dessa emenda. Vamos tentar mudar, no Plenário, o parecer e o voto da Emenda nº 1.125, que ajudará muito a nossa região.

Agradeço a V. Exa. e continuo atento a seu pronunciamento.

Bom Natal e ano novo para V. Exa., para todos os Deputados e funcionários da Casa, e para os telespectadores da TV Assembléia, que criamos há nove anos. No ano que vem, faremos uma grande festa. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - A V. Exa também, Deputado Alencar da Silveira Jr., um feliz Natal e um ano novo cheio de glórias para V. Exa. e sua família, para todos os Deputados da Casa e para os telespectadores dessa televisão, que é de sua propriedade e que usamos de favor. Muito obrigado pela utilização da TV Assembléia.

Desejo o mesmo a todos os funcionários da FIEMG, cujo número, neste final de ano, aumentou bastante. Se não aumentou o número de funcionários, pelo menos aumentou o número de assalariados dela. Desejamos um feliz Natal a esses venturosos trabalhadores que andam por Minas Gerais afora.

Gostaria que a assessoria da Casa nos trouxesse a Emenda nº 1.125, para tomarmos ciência de seu inteiro teor. Não sei quem é seu autor.

O Sr. Presidente - Sr. Deputado, esta Presidência informa-lhe que a emenda consta do processo que V. Exa. está analisando.

O Deputado Irani Barbosa* - Não consta aqui todo o teor da emenda.

Deputado Alencar da Silveira Jr., realmente a Emenda nº 1.125 tem importante teor, irá beneficiar a região metropolitana.

Até entendo porquê. Ela realmente atende, e muito, à população da região metropolitana. Tentaremos inverter o processo para convencer os Deputados que ficarem nesta Casa, a fim de mudarmos esse quadro tenebroso que se abateu sobre essa emenda de V. Exa., que tem um grande teor para todos os municípios da região metropolitana. A redação da emenda é a seguinte: "Apresentação em 21/11/2003. Tipo: despesa. Autor: Deputado Alencar da Silveira Jr. Partido: PDT. Órgão ou entidade beneficiada: Prefeitura Municipal de Várzea da Palma. Valor do gasto: obra de infra-estrutura urbana e rural, no valor de R\$50.000,00. Órgão ou entidades deduzidas: Secretaria de Estado de Governo. Subprojeto, subatividade deduzida. Divulgação governamental.".

Deputado Alencar da Silveira Jr., da forma como a região metropolitana está caminhando, daqui a alguns dias Taquaraçu já estará fazendo parte da região metropolitana. Várzea da Palma pode não fazer parte da região metropolitana hoje, mas já é intenção do Deputado Alencar da Silveira Jr. apresentar uma proposta para isso. Minas Gerais será uma grande Região Metropolitana de Belo Horizonte. Será semelhante ao caso de um Prefeito de Belo Horizonte que começou a governar da periferia para o centro. Isso é muito bom. A Região Metropolitana de Belo Horizonte agradece a V. Exa.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Ilustre companheiro de grandes lutas do antigo e extinto PSD, tenho certeza de que a nossa querida amiga Sra. Gracinha Barbosa deve estar muito feliz e com o coração renovado com a chegada do Natal. Aproveito a oportunidade para enviá-lhe um abraço fraterno. Ao mesmo tempo, desejo aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, a todos os servidores e, de forma especial, a todos os mineiros, um Natal com muita paz, alegria, fé e religiosidade, e um momento de profunda meditação e de renovação forças, para que o próximo ano seja muito melhor, mais próspero, mais feliz e repleto de incontáveis realizações.

Aproveito o ensejo para enviar um abraço especial ao nosso líder maior, Deputado Aécio Neves, que está desenvolvendo um trabalho belíssimo à frente de Minas Gerais, com maestria, talento e brilhantismo, realizando ações essenciais e imprescindíveis para o progresso, para o desenvolvimento e para o reposicionamento de Minas no cenário nacional. Tenho certeza absoluta de que este ano foi a marca da construção de um novo tempo, representando uma grande e renovada esperança para os mineiros e os brasileiros.

Deputado Irani Barbosa, lamento a não-votação do nosso projeto, tão importante, relativo ao ICMS. Não foi possível harmonizar os interesses da Casa, mas espero que, com a sua brava luta, defendendo os pobres e Ribeirão das Neves, teremos a oportunidade de, no próximo ano, com a colaboração do Deputado Mauro Lobo e com a preciosa contribuição do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, votar o projeto do ICMS, que é importantíssimo para os mais pobres, ou seja, para aproximadamente 15 milhões de mineiros e para aproximadamente 700 cidades mineiras.

Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa, no momento certo, terá oportunidade de prestar essa grande e valorosa contribuição a todos os mineiros, aprovando a redistribuição do ICMS no Estado. Isso é importantíssimo para a sua terra, Ribeirão das Neves, tão sofrida, tão calejada e tão necessitada de recursos e de investimentos, principalmente para a saúde e para a educação, e para a minha querida terra natal, Ibirité, muito bem administrada pelo meu irmão, Prefeito Toninho Pinheiro, que com suor, dedicação e carinho tem também realizado um grande trabalho em favor de todos os ibiritenses.

Deixo um abraço fraterno ao amigo, Deputado Irani Barbosa. Continue com esse entusiasmo, otimismo, vontade de acertar, com esse desejo incessante de construir uma Minas melhor, mais fraterna, justa e mais humana. Que Deus abençoe todo esse povo, nossos Deputadas e Deputados, o Presidente Mauri Torres, que vem desenvolvendo um trabalho com muita sinceridade, humildade, primando sempre pela correção e honestidade no exercício dessa função que tanto honra Minas Gerais. Parabéns, Deputado Irani Barbosa! Feliz Natal ao povo de São Sebastião do Paraíso, que sempre me acolheu com muito carinho e é representada brilhantemente pelo Deputado Rêmoló Aloise. Feliz Natal a todos os mineiros!

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Dinis Pinheiro, todo ser humano aprende muito na vida. Apesar de sua juventude, quando iniciamos no PSB em Minas Gerais, aprendi muito com V. Exa. e com sua família, em especial com seu pai. O Sr. Antônio Pinheiro sempre transmitiu aos filhos dignidade. Infelizmente, não o temos mais aqui. Aprendi também com suas irmãs e seu irmão, Toninho Pinheiro, homem de garra, valentia e grande coração. Talvez não exista outra pessoa em Minas Gerais com o coração do tamanho do de Toninho Pinheiro. Com certeza continuaremos por um bom tempo juntos. Sinto a mesma gratidão por ter convivido com V. Exa. e com os demais companheiros desta Casa, com todos os funcionários, com as pessoas de todos os rincões de Minas Gerais, que nos ensinam a viver e a construir uma Minas melhor. Nesta Casa, cada um atua do seu jeito, com inteligência e criatividade; alguns agem com impetuosidade, porém todos são homens que ajudam a construir uma democracia mais sólida e um Estado muito melhor para se viver.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Irani Barbosa, saúdo V. Exa. e demais companheiros desta Casa. Este é um momento importante para todos nós. São 18 horas, e estamos terminando mais um ano de trabalho e de luta. Esta Casa é o lugar maior onde acontecem as discussões e a reflexão. Neste final de período legislativo, muitas discussões foram travadas por meio de processos convergentes, de forma partidária, mas sempre procurando o bem comum.

Cumprimos o nosso mandato com honradez, dignidade, dando resposta à nossa consciência. Cumprimos o nosso dever. Saúdo nosso caríssimo Presidente, Deputado Mauri Torres, e toda a Mesa Diretora. Com transparência e extraordinária competência, nosso Presidente trouxe a esta Casa a segurança de que é merecedora. Saúdo ainda o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que representou o elo entre o Palácio da Liberdade e a base governista. Como um verdadeiro comandante, correto, equilibrado, sensato, soube conduzir o processo. Saúdo também o Líder do nosso Bloco, Deputado Antônio Carlos Andrada, e todos os nossos assessores, assessoras, as pessoas que trabalham em gabinetes, enfim, todos os nossos servidores que trabalharam incansavelmente durante todo o ano. A V. Exa. e à sua família desejo um feliz Natal!

Que Deus nos abençoe sempre, que o ano novo seja muito próspero e que esta Casa continue sendo a caixa de ressonância da dignidade, da ética e da transparência do povo mineiro.

Um grande abraço.

O Deputado Irani Barbosa* - Deixo uma palavra para toda a Minas Gerais e para todos os Deputados. Esta Casa, às vezes, é palco de negociações e discussões, mas tudo em função do maior interesse do povo mineiro. Com isso, a cada dia, ensina-nos mais.

Minha vida pautou-se pela sinceridade. Um homem como eu, de formação rude, tinha de ter pelo menos uma qualidade importante para oferecer. E ofereci, por quase 25 anos na política mineira, caráter e sinceridade. Em condições tranquilas ou adversas, o meu rumo se manteve sempre em linha reta, sem volta, sem subterfúgios ou atalhos.

Quero dizer a todos os Deputados desta Casa que a vida não é feita só de momentos de poder. As pessoas que estão no poder devem manter suas raízes, coisa mais importante que um homem tem. Ninguém projeta seu futuro se não tiver um balizamento de conduta, de respeitabilidade e, mais ainda, de coragem para enfrentar as adversidades no futuro.

Desejo a todos um feliz Natal, que o Papai Noel e o menino Jesus abençoem e amenizem o coração de todos. O mundo está precisando disso. A criança não nasce ruim; quem a faz ruim é a sociedade, no decorrer de seu crescimento. Por isso há cadeias superlotadas e pessoas que utilizam o poder em benefício próprio. No entanto, temos, ainda, uma grande maioria de pessoas que utiliza do poder para beneficiar seus irmãos, no sangue, na fé, na cor, na raça, na religião, em tudo aquilo que o indivíduo acredita. Nós, como homens públicos, não devemos deixar que a população perca a credibilidade e a crença de que o mundo será, um dia, uma casa melhor para todos.

Presidente, agradeço a paciência de todos os amigos que temos na Casa, de todas as pessoas de bem com as quais convivemos e, principalmente, daqueles que nos assistem e nos têm em maior conta. Minas Gerais, com certeza, será melhor se cada um fizer sua parte.

Feliz Natal e um ano novo venturoso para todos aqueles que estão em Cristo e têm boa vontade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Presidente Mauri Torres, caros companheiros Deputadas e Deputados, quero discutir o orçamento. Tive oportunidade de tocar em alguns de seus pontos, aqui da tribuna, e também na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Não poderia deixar de fazer pelo menos uma breve análise do conteúdo do primeiro orçamento do Governo Aécio Neves.

Em primeiro lugar, parabeno o Deputado Mauro Lobo, relator do projeto, que procurou trabalhar as emendas apresentadas individualmente pelos Deputados e as emendas coletivas, de maneira equânime, possibilitando que cada Deputado pudesse apresentar emendas individuais que favorecessem suas regiões. Trabalhou as emendas sem discriminar a base do Governo ou a base da Oposição, dando a todos condições de

estabelecer planejamentos e recursos para o agrado da população e da região onde cada parlamentar atua.

Parabenizo o Deputado Mauro Lobo, que trabalhou com afinco. O orçamento do Governador Aécio Neves terá nosso voto favorável. Não seríamos irresponsáveis de propor o contrário, já que a consequência da não-aprovação seria a continuação do orçamento passado. Nossa estratégia foi tentar modificar pontos do orçamento, embora houvesse duas discordâncias mais globais. A primeira delas é que o investimento em questões sociais é aquele do que o povo merece. Especialmente a área de saúde possui um déficit em relação ao SUS.

Existe uma emenda constitucional federal que obriga o Governo a alocar 12% da receita no SUS, mas isso não foi cumprido. Outras áreas sociais, como a UEMG, também tiveram poucos recursos alocados. Na área de reforma agrária, o investimento foi praticamente zero. Apresentamos emendas que possibilitariam um aumento real do investimento no Primeiro Emprego e no Bolsa-Família, mas a maioria não foi atendida. O orçamento não tem como prioridade um investimento social. Há muita verba para infra-estrutura em municípios, mas não se sabe em quais. Tememos que, em vez de haver investimento social, o Governo tenha preferido alocar recursos para as eleições, buscando privilegiar os candidatos que forem simpáticos ao Palácio da Liberdade, em detrimento de uma distribuição mais equânime. Essa é a primeira divergência de fundo com a questão do orçamento do Governador Aécio Neves, a qual gostaríamos de mencionar.

O segundo problema diz respeito ao orçamento fictício, que menciona um déficit de R\$1.400.000.000,00, que não ocorrerá. O próprio Governo reconhece, na sua exposição de motivos, que R\$501.000.000,00 líquidos, no exercício do orçamento, não são computados, originários da reforma tributária aprovada no Congresso Nacional. A desculpa do Governo é que a reforma não havia sido aprovada, por isso ele não podia alocá-la no orçamento.

Nós, do PT e do PCdoB, apresentamos uma emenda alocando esses R\$501.000.000,00, reconhecidos pelo Governo. Não foi acatada pelo relator porque não havia o respaldo do Governo para fazê-lo. Em outras palavras, o Governo não aceitou fazer um orçamento real. Não são apenas R\$501.000.000,00, pois falta introduzir o ganho que terá com o aumento da alíquota da reforma previdenciária, aprovada e referendada, que dará ao Governo maior potencialidade no orçamento, além dos tarifagos.

Conseguimos rejeitar pelo menos o tarifago 6. A Bancada do PT-PCdoB, constituída por 16 Deputados, de forma aguerrida, conseguiu barrá-lo. Felizmente, a base do Governo também se rebelou contra o Governador Aécio Neves, que sofreu derrota importante no final do ano. Vamos comemorá-la com nosso povo.

Não consta no orçamento a arrecadação do Governo com os tarifagos. Segundo seus cálculos, em 2004, o Estado terá um rombo de R\$1.400.000.000,00. Isso não ocorrerá. Essa afirmação tem o objetivo de desestimular a educação, a saúde, o serviço público, os sem-terras, os despossuídos, tentando que não reiviniquem mais verbas nem que façam de suas reivindicações o centro das lutas. Não haverá déficit orçamentário. É preciso lutar para que os recursos não fiquem à disposição do Governo, no momento de eleições, apenas para atender a seus desejos eleitoreiros. Devem ser alocados para resolver questões sociais. As duas críticas fundamentais são: questões sociais não atendidas e um déficit orçamentário que não existe e não existirá, porque o Governo maquiou os números apresentados.

Em virtude dessas críticas, apresentamos diversas emendas. Algumas foram aprovadas, outras não. Destaco a aprovação da emenda referente ao ITER, graças ao entendimento com o Líder de Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. O Governo havia reservado apenas R\$1.000.000,00 para cerca de 100 assentamentos, o que daria R\$10.000,00 por ano para cada um. Alocamos recursos de R\$11.000.000,00. Conseguimos, por meio de emenda da Deputada Jô Moraes, que as indenizações para vítimas de torturas passem a ser uma realidade no próximo ano. Além disso, o memorial dos direitos humanos será criado. Conseguimos a instalação de dois terminais do SIAFI: um para a Maioria e o outro para a Minoria. Assim, fiscalizaremos melhor não só o Governo, mas também o Poder Judiciário e os demais órgãos do Estado. A Comissão de Participação Popular conseguiu diversas conquistas importantes. Foram conquistas no interior de um orçamento que merece a nossa crítica. Votaremos favoravelmente, porque não somos irresponsáveis a ponto de deixar o Estado sem orçamento. Parece que hoje somos maioria. Se desejássemos, poderíamos derrotá-lo. A base do Governo, diante da derrota do tarifago 6, abandonou a trincheira da luta. Embora discordemos dele, garantiremos a aprovação do orçamento.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Parabenizo-o pelo seu trabalho como Líder da nossa bancada, que foi conduzida com muita harmonia, garra e dedicação. Estamos satisfeitos com seu desempenho e dedicação. Desejo, em seu nome, se V. Exa. permitir, saudar as companheiras e os companheiros do Bloco-PT-PCdoB, pela presença, dedicação e participação em todos os entendimentos necessários para tornar esta Assembléia um Poder cada vez mais transparente e comprometido com o interesse público.

Se me permite, Deputado Rogério Correia, gostaria de estender saudações às demais Deputadas e Deputados desta Assembléia. Durante todo este tempo em que aqui estivemos, fomos testemunhas de que este ano, além de profícuo, permitiu que esta Casa avançasse mais na consolidação do estado democrático de direito e se tornasse mais transparente e dialógica, praticando grandes ações, com seminários, fóruns, debates e demais encontros. Isso foi motivo de satisfação para todos nós. Aprendemos muito e chegamos ao final deste ano com um resultado muito significativo na construção da democracia. Sinto-me motivado a agradecer a todos os servidores desta Casa, efetivos e dos gabinetes, que contribuíram para que os trabalhos fossem mais consistentes e voltados para o povo de Minas Gerais.

Quero, nesta oportunidade, dizer que votaremos a favor da lei orçamentária, mas com a plena convicção de que, do modo proposto, não atende aos princípios constitucionais relativamente à UEMG e à Emenda à Constituição nº 29, da saúde. Quanto a esse aspecto, preocupamo-nos com a realidade presente. O Governo mineiro tinha um orçamento para este ano. O Deputado Rogério Correia abordou uma questão fundamental. O Governo diz que diminuiu o déficit, mas precisamos lembrar-nos de que, ontem, fizemos a última consolidação dos recursos orçamentários para a área da saúde neste ano. Deputado Alberto Pinto Coelho, a lei orçamentária definiu que receberíamos em torno de R\$457.000.000,00 dos repasses federais. Até ontem, o Fundo Estadual de Saúde recebeu R\$490.000.000,00 - mais do que foi proposto. E o Estado aplicou menos de R\$40.000.000,00 dos R\$318.000.000,00 previstos no Fundo. Assim, entendemos bem o discurso de V. Exa., ao falar dessa economia do Governo. De fato, houve redução do déficit financeiro, mas às custas de quase R\$300.000.000,00, surrupitados do Fundo Estadual de Saúde. Em todos os outros setores, HEMOMINAS, FHEMIG e FUNED, vemos um gasto aquele do previsto no orçamento. Esperamos que isso seja corrigido até o final deste ano. Essa possibilidade existe, mas a falta de compromisso do Governo é muito grande em relação à aplicação orçamentária.

Devemos fazer uma reflexão: o orçamento não pode nunca ser uma peça de ficção, mas de planejamento. Já discutimos isso. Lamentavelmente, as diferenças são enormes.

Portanto, deixamos registrado que a nossa bancada não é composta apenas de médicos e defensores da saúde. Estamos todos convencidos de que o mínimo constitucional deve ser cumprido em todos os setores, e fundamentalmente na saúde. Entramos com uma ação no Ministério Público de Minas e faremos a mesma denúncia no Ministério Público Federal. Se não existe uma regulamentação da Emenda nº 29, como proposto, Deputado Mauro Lobo, os parâmetros que deveríamos acolher, como referência, para garantir o mínimo para a saúde seriam os definidos pelos órgãos do setor.

O Conselho Nacional de Saúde e as conferências nacional, estadual e municipais sinalizaram que o Governo está desviando recursos. O Deputado Fábio Avelar disse que saneamento é fundamental para garantir saúde. Correto; porém isso está colocado na interpretação dos recursos, saneamento como ação condicionante da saúde, e não colocado no orçamento da saúde, deslocando o recurso para a COPASA. Esta

deve ter nosso apoio, receber recursos para fazer saneamento, coleta de lixo, destinação do esgoto, tratamento de água, etc., mas seria um recurso a mais, não suprimido da saúde. Diante dessa análise, a Bancada do PT-PCdoB fará de tudo para convencer o Governo de Minas a cumprir o mínimo constitucional para garantir maior qualidade de vida, dignidade e menor sofrimento. Inclusive, mais economia financeira, pois, se tratarmos melhor os doentes, aparelharmos melhor os hospitais e atendermos em tempo real as necessidades do povo, haverá qualidade de vida e melhor forma de aproveitar os recursos públicos.

Agradeço sua generosidade, tenho muito orgulho de haver participado de uma bancada que se esforça para fazer da Assembléia Legislativa um Poder que busca construir a democracia, o Estado de direito e a justiça. Feliz Natal para todos!

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. Parabenizo V. Exa., que tão bem representou o PT na Mesa da Assembléia. Concordo que esta Casa tem uma credibilidade resgatada, e a Mesa da Assembléia é responsável por essa nova imagem.

O Deputado Ricardo Duarte, Presidente da Comissão de Saúde, pediu-me que justificasse sua ausência e que desse ciência de que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais entrou com pedido, junto ao Ministério Público Federal e à Procuradoria da República, por intermédio do Dr. José Jairo Gomes, de que fossem apuradas responsabilidades e se enquadrasse o Governo do Estado nos limites da legislação no uso dos recursos públicos federais. Isso não foi feito em 2001, em 2002 nem em 2003, e para 2004 há uma maquiagem na verba destinada ao setor de saúde de R\$615.898.400,00, 40% do que deveria ser destinado. A maquiagem são verbas para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Instituto de Previdência dos Servidores, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, serviços de esgotamento sanitário, implantação de tratamento de esgoto sanitário, encargos previdenciários diversos, gestão de dívida contratada externa e interna, etc. O Deputado Mauro Lobo fez algumas correções, mas a maquiagem permaneceu nesse orçamento.

No dia 18, o Conselho Estadual de Saúde entrou com pedido junto à Procuradoria da República para enquadrar o Governo do Estado por desrespeito à Emenda à Constituição nº 12. Portanto, registro a denúncia do Conselho, em nome do Deputado Ricardo Duarte.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco PT-PCdoB, parabenizo-o pelo pronunciamento. Nossa missão é examinar e discutir em todos os aspectos uma das mais importantes peças analisadas por esta Assembléia: o orçamento, que determina o futuro das políticas públicas e da vida dos mineiros.

O Bloco PT-PCdoB, na condição de Oposição, fez um debate sério e aprofundado. Apresentamos várias emendas coletivas de interesse do Estado. Parabenizo V. Exa. não só pelo pronunciamento, mas pela condução como Líder do Bloco PT-PCdoB, que mesmo sendo minoria, alcançou várias vitórias, como a que obtivemos hoje, aperfeiçoando projetos, para tentar minimizar o impacto negativo, como os dos tarifas. Felizmente, nem todos foram aprovados. Na última hora, conseguimos barrar o último.

Concordo com V. Exa. que o orçamento ainda é uma lei tímida com relação às políticas públicas sociais. Acredito que é característica do Governo Estadual deixar a política pública social aquém do que merece os mineiros. Felizmente, o Governo Lula fez muitas parcerias e injetará muito dinheiro no Estado. Tentamos ampliar os recursos para o Programa Bolsa-Família. Apresentamos uma emenda ampliando-o para R\$30.000.000,00, que, infelizmente, não foi acatada. Mas o Governo Lula já atende a 307 mil famílias em Minas Gerais, com dinheiro federal.

O Governo Lula, respeitando o pacto federativo, suprirá essa lacuna do Governo Estadual e as políticas federais se farão presentes.

O Deputado Rogério Correia - Deputado André Quintão, quanto à área de assistência social, na qual V. Exa. atua com tanto afinco, esclareço que também apresentamos uma emenda do PT. No ano que vem, o Governo do Estado destinará - é o que está previsto no orçamento, mas, muitas vezes, pode não ser destinado - R\$10.500.000,00. Fizemos uma emenda acrescentando um valor de R\$29.216.000,00. O Governo não avalizou sua aprovação. Portanto, para o Fundo de Assistência Social - solicitação dos conselhos - continuará o valor de R\$10.500.000,00, o que é muito pouco, V. Exa. sabe disso.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, acredito que o Governo Estadual subestimou a receita. Esse é um aspecto que temos de destacar. Pelas previsões mais pessimistas, como a do ex-Governador Eduardo Azeredo, Minas Gerais receberá mais R\$500.000.000,00. Com a reforma tributária, o Governo Lula deu esse presente de Natal ao Estado. Nós, como mineiros, ficamos muito felizes. Ninguém quer o Estado com déficit, e sim com maior equilíbrio financeiro. Acredito que o orçamento poderia ter sido mais realista na questão das receitas.

Quero identificar um ponto positivo do orçamento e do plano plurianual: a vinculação dos dois. Isso é importante, até para que se tenha maior seriedade e credibilidade da lei orçamentária. Portanto, parabenizo o Governo. É papel da Oposição reconhecer os avanços.

Houve, por parte da Liderança do Governo, Deputados Alberto Pinto Coelho, Mauro Lobo e assessoria, preocupação em analisar as emendas orçamentárias sob a ótica do PPA, o que significa coerência e compromisso com a credibilidade da lei orçamentária.

Agradeço ao Deputado Mauro Lobo, relator, e à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tão corretos ao acatar, na íntegra, as emendas apresentadas pela Comissão de Participação Popular. Muitas corrigem a lacuna nas políticas públicas sociais, tanto no relatório do PPAG quanto na lei orçamentária. As propostas oriundas das cinco audiências públicas em que participaram 237 entidades, mais de 700 pessoas, foram acatadas. Agradeço aos Deputados que aprovaram o orçamento e que também aprovarão as emendas. Feliz Natal a todos!

O Deputado Rogério Correia - Agradeço-lhe as palavras elogiosas e parabenizo seu trabalho. Atuamos juntos como Vereadores em Belo Horizonte. Como Deputado Estadual, V. Exa. repetiu a "performance" no primeiro ano do mandato e presidiu a Comissão de Participação Popular da melhor forma possível.

As críticas ao orçamento não significam sua rejeição nem se referem ao relatório do Deputado Mauro Lobo. Obtivemos no orçamento vitórias e conquistas importantes. Além das emendas individuais, citei as emendas coletivas para a reforma agrária; de 1 para 11 milhões, a indenização às vítimas de tortura; a construção do memorial de direitos humanos, as emendas da Comissão de Participação Popular e a criação do terminal do SIAFI para melhor fiscalização do Poder Executivo. Agradeçam ao Deputado Mauro Lobo por tê-las acolhido.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Saúdo V. Exa. e cumprimento os companheiros do Bloco PT-PCdoB, a maior Bancada do PT, com 15 Deputados, na história da Assembléia Legislativa; os Deputados e os colegas da imprensa e da Taquigrafia, que realizam excelente trabalho.

Para o orçamento de 2004, estão previstos R\$20.600.000.000,00, totalizando R\$2.300.000.000.000,00 destinados a investimentos. Na distribuição, as regiões mais pobres ficam prejudicadas. Para o Triângulo Mineiro, estão previstos em torno de R\$49.000.000,00; 2,15% de investimentos. Como contribuímos mais que isso, há grande injustiça com o Triângulo Mineiro, pois faz 15 anos que não se constrói escola em Uberlândia e região.

Deputado Rogério Correia, há outro ponto que questionamos. Realmente, há uma grande contradição e injustiça por parte do Governador Aécio Neves. No orçamento, há R\$50.000,00 para a implementação do Programa Primeiro Emprego. Com esse valor, será possível contratar apenas 200 jovens. O Governador Aécio Neves já gastou milhões com publicidade nesse programa. Olha, que contradição e injustiça! Acredito que toda a população de Minas Gerais tem de ter acesso a essa informação. O Governador deseja copiar o programa Primeiro Emprego do Governo Federal, que é um dos maiores projetos de resgate da cidadania para a juventude. Sabemos que há milhares de jovens sem oportunidades para obter um trabalho digno e honesto. Não conseguem o primeiro emprego, porque exigem experiência. Como o jovem terá experiência, se não há uma primeira oportunidade? No programa do Governo Federal, estão previstos R\$260.000.000,00, o que possibilitará contratar 900 mil - quase 1 milhão - de jovens, e, do Governo Estadual, R\$50.000,00.

Apresentamos emenda no orçamento no valor de R\$2.500.000,00, que dariam para contratar em torno de 10 mil jovens no Estado. Infelizmente, não acataram a nossa emenda.

Questionamos também outro ponto: o princípio constitucional. Ele garante 1% da arrecadação do Estado para a UEMG, 1% para a UNIMONTES e 1º para a FAPEMIG, para investimentos em pesquisas. Infelizmente, não está previsto no orçamento.

Deputado Rogério Correia, questionamos o orçamento, porque não faz justiça social com as regiões mais pobres do Estado e com os programas mais importantes, como dito por vários Deputados. Como disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão, não aplica na saúde o que manda a Emenda nº 29: 12%. Pelo contrário, as áreas que foram mais prejudicadas, no início do atual Governo, foram justamente a área de saúde, de educação, que teve ataque brutal, e a de segurança pública.

Parabenizo o nosso Líder, que realizou um grande e excelente trabalho, liderando a nossa bancada de maneira democrática, ouvindo os companheiros. Parabenizo cada companheiro do Bloco PT-PCdoB, como o Deputado Biel Rocha, que apresentou algumas emendas no orçamento, que foram aprovadas e prevêem a construção de pistas de "skate" em várias regiões do Estado, como em Juiz de Fora. A moçada terá oportunidade de ter pistas de "skate". Parabenizo também as aguerridas Deputadas Maria José Haueisen, Jô Moraes, Maria Tereza Lara, professora, aos Deputados Laudelino Augusto - liderança do Sul de Minas -, André Quintão, Padre João e a Deputada Marília Campos - certamente, nossa futura Prefeita de Contagem -, o combativo Deputado Chico Simões, do Vale do Aço - que certamente será eleito Prefeito e que se destacou na Liderança da Minoria -, Deputados Roberto Carvalho, Ricardo Duarte, do Triângulo Mineiro, que desenvolve um trabalho como Presidente da Comissão de Saúde, Adelmo Carneiro Leão, representando-nos muito bem na Mesa, Durval Ângelo, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Enfim, parabenizo a todos os Deputados do Bloco PT-PCdoB. Certamente, realizamos um excelente trabalho e conseguimos impedir várias medidas que prejudicariam muito a população de Minas Gerais. Por exemplo, suspendemos o Projeto nº 1.083 referente aos cartórios, por meio da nossa atuação e de vários Deputados.

Que 2004 seja um ano de muita luta e garra! Certamente, a população do Estado ficará atenta e acompanhará, de perto, todas as medidas realizadas pela atual administração, pelo Governo Aécio Neves e por esta Casa. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Weliton Prado, agradeço as suas elogiosas palavras. Parabenizo V. Exa. também por sua atuação aguerrida. Para todos desta Casa, particularmente para a nossa bancada, V. Exa foi uma grande revelação.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte)* - Querido amigo Rogério Correia, gostaria de fazer um aparte longo, mas serei breve em respeito aos colegas e a todos que nos acompanham. O seu brilhantismo já falou tudo.

Gostaria de parabenizá-lo pelo clima que vivemos de um debate de altíssimo nível. Esta Casa demonstrou o que pode ser feito. Espero que no ano que vem façamos muito mais. Parabéns a você, Rogério, à Situação e a todos nós.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Roberto Carvalho, pelo aparte e pelo trabalho que tem feito nosso Ouvidor-Geral. A experiência que tem como Deputado e Vereador que foi muito engrandeceu nossos trabalhos na Assembléia Legislativa. Passo a palavra para o Líder da Oposição, Deputado Chico Simões.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Companheiro Rogério, primeiro quero repetir o que os outros colegas já disseram, parabenizando-o pelo seu trabalho à frente do Bloco da Oposição. Quero também parabenizar a Mesa, que deu um salto de qualidade na administração e na transparência, o que é muito importante para nós, Deputados, e para o povo mineiro. Parabenizo também a base do Governo. Se não tivéssemos os dois lados, com certeza esta Casa não teria razão de existir. Tivemos um ano de debates calorosos, pautados na democracia e no respeito às divergências de idéias.

Quanto ao orçamento, gostaríamos que fosse diferente. Gostaríamos que o orçamento fosse um instrumento que determinasse que as ações ali votadas tivessem a obrigação de ser executadas. Estamos longe disso, e esse é um desafio para nós, legisladores. Temos de avançar para fazer do orçamento algo determinativo. É lógico que em um Estado que se pauta por essa política econômica que valoriza e prioriza o pagamento da dívida pública, infelizmente não vamos ter recursos para as políticas sociais, de fundamental importância para o engrandecimento do ser humano. É lastimável, e temos de contestar isso não só aqui, mas em todos os níveis, de maneira repetida e salientada na saúde, na educação, no primeiro emprego e tantas coisas mais.

Temos também de entender o momento em que vivemos. Temos de mudar essa realidade. O brasileiro necessita disso com urgência. Apesar de tudo isso, no último dia de reunião desta Casa, o Poder Legislativo de Minas Gerais deu um exemplo de maturidade, quando via tramitando aqui um projeto de lei que majorava, de maneira estrondosa, algumas cobranças para a iniciativa privada. Quero deixar claro que não fomos nós, da Oposição, que evitamos que isso acontecesse. Somos minoria, e, na democracia, manda a maioria. O que fizemos foi simplesmente cumprir nosso papel, principalmente enquanto representantes do Bloco na Comissão de Fiscalização Financeira, aprofundando o projeto e democratizando nosso conhecimento. A partir da hora em que subimos à tribuna e, de maneira séria, começamos a explicar a esta Casa o que estava sendo feito, percebemos o movimento dos Deputados, independentemente de partido ou de ideologia, com o intuito de mostrar à sociedade que, a partir daquele momento, a coisa havia mudado. Espero que esse marco de final de ano seja a cara para começarmos no ano que vem. No ano que vem não queremos discutir nesta Casa projetos com idéias preconcebidas, mas fazer dessa grande arena um local de debate, onde ouçamos o outro sem preconceitos, sem vincular alguma posição a qualquer ato espúrio. Queremos estar aqui representando nossas convicções, pensando naqueles que realmente foram responsáveis por estarmos aqui, os nossos eleitores. Que no ano que vem estejamos aqui discutindo de maneira séria os cartórios deste País. Salvo engano, como o Brasil, só Portugal, e essa herança nos lembra o Brasil Império. A legislação determina que os cartórios tenham seu papel, mas que funcionem dando a todos a oportunidade de usar os serviços cartoriais sem pagar com exorbitância. Esse foi o grande marco desse final.

Quero desejar a todos os nossos pares, aos funcionários um feliz Natal e ano novo e principalmente aos que nos assistem pela TV Assembléia e aos seus familiares o nosso abraço. Continuaremos a discutir o orçamento sabendo que não é o orçamento que queremos, mas com as nossas restrições vamos voltar e torcer para que no ano que vem o orçamento seja cumprido.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões, que está até rouco por ter gritado tanto contra o tarifaço. Seis tarifaços, Chico, haja voz. Cinco projetos foram aprovados, mas um foi derrotado. Deputado Chico Simões, Líder da Oposição, que teve importante contribuição na Comissão de Fiscalização Financeira, agradeço-lhe o apoio. Reitero o agradecimento às Bancadas do PT e ao PCdoB, da

companheira Jô Moraes, ao nosso Bloco, que foi, sem sombra de dúvida, importante nas contribuições e nas modificações aqui propostas. Aos demais companheiros dos outros partidos, agradeço também a companhia fraternal que tivemos. Pedimos desculpas por algum exagero no debate político, mas que certamente foi sempre no campo das idéias. A democracia se deve a isso. Agradecemos aos Deputados a convivência que tivemos neste primeiro ano. Agradecemos ainda aos funcionários da Casa que, com muita competência, muito nos ajudaram durante o primeiro ano desta legislatura. Agradecemos à assessoria coletiva da bancada do PT. Agradecemos ao conjunto da Assembléia na pessoa do nosso Presidente. Reitero nossa convicção de que o Presidente tem feito um trabalho importante para garantir uma boa imagem do Poder Legislativo mineiro junto a nossa população. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o Líder da Oposição por praticamente 1 hora. Com certeza, vou poupá-los por que vou limitar-me aos 10 minutos que a Presidência me concede; são suficientes. É fundamental que no momento façamos uma reflexão por uma das votações mais importantes, de natureza constitucional, do orçamento do Estado.

Antes, quero fazer uma consideração sobre palavras que ouvi do Deputado Chico Simões, as quais, de certa forma, já me tranqüilizam. Nas minhas palavras iniciais, quero somar-me a S. Exa., que fez referência ao Projeto de Lei nº 1.083/2003. Em dado momento, foi dito pelo Líder que teria sido um projeto obstaculizado ou uma derrota impingida ao Governador Aécio Neves pela Oposição.

O Deputado Chico Simões demonstrou com muita clareza que a Casa é um ambiente democrático. Ao término de um ano de mandato, constato que temos agido com seriedade e responsabilidade. Louvo a Oposição, que cumpre o seu papel, com certeza de muita responsabilidade, e a Situação, que em momento algum transigiu no espírito democrático do seu dever para com o debate e, a partir dele, buscou construir a melhoria dos projetos.

Relativamente aos debates sobre os projetos, foram sérios de ambos os lados na busca do aprimoramento. Quero dar o testemunho de que, uma vez reunida a Bancada do PSDB com o próprio relator, Deputado Ermano Batista, figura de honorabilidade indiscutível, constatando primeiro que a bancada, por unanimidade, estava demonstrando sua confiança absoluta na responsabilidade desse relator. E este, entendendo que a matéria exigiria uma reflexão maior, porque repercutiu em todo o Estado, deixou claro que pretendia encaminhá-la em outro momento, no ano que vem.

Naturalmente, isso significa amadurecimento desta Casa, respeito de ambas as partes, e não vitória ou derrota deste ou daquele debate.

Quanto ao orçamento, quero constatar primeiramente, em que pese ao fato de a Oposição ter demonstrado a sua competência, que é bom ficar claro que é este o papel da Oposição em uma democracia: apresentar falhas e, até mesmo, diante da ausência delas, imaginar algumas ou aquilo que seria o sonho dourado de todos nós. É muito fácil dizer que gostaríamos de mais tantos milhões para tal rubrica e mais tantos bilhões para outra área.

Estamos acabando de ver o encaminhamento da aprovação do orçamento da União. Poderia fazer uma série de considerações a respeito do orçamento da União, que continua contingenciando os investimentos na área social, comprometido com o superávit e, em vez de tratar de deixar as reservas constitucionais ao nível de 2% do orçamento, deixa o dobro, ou seja, mais de R\$4.000.000.000,00 de recursos de contingenciamento, o que, seguramente, sacrifica profundamente os investimentos sociais em benefício da busca de superávits primários.

Não é meu papel vir aqui fazer oposição ao Governo Lula, até mesmo porque não tenho essa intenção. Acredito que deva ter tido a intenção de buscar o equilíbrio da economia nacional e o desenvolvimento sustentável para o País.

Da mesma forma vem fazendo o Governador Aécio Neves, o que é incontestável. Portanto, pode a Oposição usar até 3 horas para criticar o orçamento, mas não conseguirá tirar da visibilidade de todos os mineiros o fato incontestável de que temos um Governo responsável, competente e capaz de, no primeiro ano - trabalhando mais do que com orçamento, mas com a execução orçamentária -, encontrando uma casa endividada, um Estado desorganizado, terminar o ano pagando em dia o 13º salário para milhares de servidores públicos, experiência que não vivíamos há mais de uma década. Já no primeiro ano, este Governo fez os maiores investimentos na área de saúde, contrariando o que foi dito aqui, embora ainda não sejam os investimentos que desejamos, para os quais todos nós lutamos, ou seja, aqueles que estão, aliás, definidos como índices mínimos constitucionais. O Governo trabalhou num processo de diálogo com esta Casa.

Quero fazer o meu louvor à Oposição, à Situação e ao Legislativo mineiro. Às vezes pode parecer um pouco de ufanismo falarmos do nosso trabalho. Mas hoje podemos falar de cabeça erguida que a Assembléia ganha respeitabilidade em Minas Gerais, porque teve coragem de votar reforma administrativa séria, de votar projetos arrojados, que aumentam a credibilidade do Governo mineiro para atrair investimentos, como o projeto de parceria público-privada. No momento em que o Governo Federal faz também reforma tributária ampliando a COFINS em mais de 100%, esta Casa teve paciência e tolerância para ouvir tantos falarem em tarifaço e a responsabilidade de corrigir valores de algumas taxas e serviços públicos, para que o Estado não se inviabilize e, de fato, tenha como aplicar os investimentos necessários na saúde, na educação, na recuperação das estradas e na geração de emprego.

Sr. Presidente, o Legislativo auxiliou o Governador Aécio Neves, que, por sua vez, com austeridade e diplomacia, soube buscar recursos federais e abrir portas internacionais para atrair investimentos para Minas. O Governo de Minas Gerais fecha o ano demonstrando que encontrou o caminho certo. De todos os Governos da Federação, foi o que mais conseguiu trazer investimentos. Além disso, pagou o 13º salário absolutamente em dia e está se organizando para terminar este mês com 100% dos salários em dia.

Com certeza, mandou para esta Casa um orçamento responsável, sério. Demonstrou respeito para com os Deputados, porque abriu novamente o diálogo a fim de estabelecer com os Deputados a possibilidade de fazerem encaminhamento de emendas que trouxessem as demandas das diversas regiões mineiras. E o Governo não apenas sinalizou para as Lideranças com vistas a acolhê-las, mas também manteve seu compromisso, resgatando algo que a Assembléia havia perdido: procurar liberar os recursos para colocá-las em prática.

Também foi sensível às sugestões. Não pôde atender a uma das que fiz, o que demonstra que não é apenas a Oposição que sugere e, às vezes, não é atendida. O diálogo democrático é pleno, e nós, da base, também fazemos sugestões ao Governo, que podem ser atendidas ou não.

Quero unir-me a todos os que defenderam a ampliação dos recursos da UEMG, pois é fundamental que o Governo invista cada vez mais na educação. Não pudemos ser contemplados como gostaríamos, mas defendemos a ampliação dos recursos para a Defensoria Pública, que é fundamental, é a ação social do Governo no campo da justiça, e tivemos a alegria de ver o Deputado Mauro Lobo, com muita competência, fazer milagre e ampliar em praticamente 100% os recursos a princípio destinados a esse órgão.

Dirijo-me ao Deputado Mauro Lobo e às Lideranças dos diversos partidos, que souberam tratar com responsabilidade a construção desse orçamento, que não traz demagogias nem ignora as dificuldades financeiras do Estado, a exemplo do que, infelizmente, ocorria no passado,

quando o orçamento, com frequência, era uma peça de ficção.

O Governador mandou um orçamento realista, e esta Casa trabalhou com realismo, em que pese a um ou outro ter feito emendas que ultrapassaram o valor de R\$20.000.000,00 ou R\$30.000.000,00. Determinados Deputados até enviaram ofícios para suas bases, dizendo que já aprovaram o orçamento. Houve quem recebesse ofício de Deputado com os dizeres: "Já aprovei no orçamento do Estado tantos mil para o seu município", por volta dos dias 10 ou 12 de dezembro, e nós apenas hoje estamos votando o orçamento. Infelizmente, essa prática ainda existe, e aproveito a oportunidade para condená-la. Assim não poderemos construir a credibilidade desta Casa nem a do Governo mineiro.

O orçamento que Minas Gerais recebe para o ano que vem é uma peça séria, responsável, e haveremos de trabalhar unidos, Situação e Oposição, para dar ao Estado uma execução também séria e digna em benefício do povo mineiro.

Desejo um feliz Natal e um 2004 repleto de paz, prosperidade e saúde aos Deputados, a todos os que nos ouvem e a todo o povo mineiro.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente dirigimos nossas palavras a todos os nossos colegas, agradecendo-lhes a dedicação, o companheirismo e a lhanza do trato, durante todo este ano.

A exemplo do que fez a Bancada do PT, queremos dirigir nossa saudação ao Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres; ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho; ao Líder do meu partido - PSDB -, Deputado Antônio Carlos Andrada; e a todos os colegas da bancada de apoio ao Governo; pela fidelidade, pela lealdade e pela competência com que se houveram. Em razão de toda essa dedicação impar aos interesses maiores do Estado de Minas Gerais, pudemos, ao longo do ano, dar nesta Casa uma sustentação para o Governo Aécio Neves fazer as modificações e reformas necessárias para preparar o Estado para uma arrancada maior rumo a seu crescimento. Isso ocorreu. O Governador Aécio Neves, com as reformas do primeiro semestre, discutidas e aprovadas nesta Casa; com a aprovação, no segundo semestre, da parceria público-privada, um grande avanço em nível nacional, que sem dúvida renderá progresso e desenvolvimento; com a consolidação das leis; e com tantos outros projetos importantes discutidos, debatidos e aprovados; chega vitorioso ao final de 2003, assim como esta Casa.

Ao mesmo tempo que ouvíamos as palavras do eminente colega Deputado Adelmo Carneiro Leão, quando se referia à saúde do Estado, acompanhávamos o seu raciocínio e, de alguma forma, discordávamos dele, como discordamos agora desta tribuna, com relação à aplicação dos 12% da saúde previstos na Emenda à Constituição nº 29.

V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, sabe muito bem que a interpretação das leis e das emendas é elástica, assim como a interpretação do direito. Não podemos, como V. Exa., entender que o Secretário da Saúde, Marcus Pestana, tenha aplicado tão-somente 6% no orçamento, porque a Emenda nº 29 é nova, e não sabemos exatamente o que pode ser permitido computar na área de abrangência da saúde. Os Deputados sabem disso porque, com relação à área da educação, prevista na Constituição Federal de 1988, há 15 anos, até hoje há dúvida sobre o que pode ser incluído nos seus 25%. Com relação à Emenda nº 29, as dúvidas perduram. Apenas depois de regulamentada pelo Congresso Nacional, ou depois de jurisprudência firmada pelos tribunais maiores do País, aquilataremos perfeitamente o que pode ou não fazer parte das despesas com a área da saúde.

Seria discutível, por exemplo, algo realizado na área do saneamento básico. A jurisprudência entenderá, mais à frente, que o recurso investido nessa área pode ser incluído na área da saúde. Até com relação à área de vigilância animal, muito poderia fazer parte da área da saúde, devido aos seus reflexos diretos na saúde humana. O Tribunal de Contas de Minas Gerais, antontem, acatou o parecer da Advocacia-Geral do Estado, de acordo com a interpretação do Governo do que pode ou não fazer parte da aplicação relativa à área da saúde.

Neste instante, procedo a uma interpretação da Emenda nº 29, como está fazendo o Secretário da Saúde, Marcus Pestana. Ele está à disposição de V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, e desta Casa, para debater sobre o seu trabalho e sobre a aplicação da emenda no Governo Aécio Neves.

Não podemos negar o trabalho extraordinário que esse Secretário está realizando. Temos recebido elogios permanentes do Ministro da Saúde. O Secretário Marcus Pestana e V. Exas. sabem disso. Sabemos também que outras ações estão previstas, mas, no ano de 2003, R\$580.000.000,00 foram aplicados na saúde.

Falam que no PROHOSP foi adotado algum procedimento político. Apresento o meu testemunho. O Prefeito de Governador Valadares, João Domingos Fassarela, é do PT. E o Estado aplicou no PROHOSP dessa cidade R\$580.000,00 neste ano. Na terça-feira, o Deputado Jayro Lessa e eu fomos acompanhar o Secretário da Saúde em Governador Valadares, levando mais R\$200.000,00 para o hospital municipal da cidade. Como podemos falar que esse Secretário está agindo politicamente? Nós pedimos essa verba porque o hospital estava passando por uma dificuldade imensa.

Estou aqui espelhando a verdade dos acontecimentos, porque esses pronunciamentos são transmitidos pela televisão, e o povo mineiro precisa ser bem informado. No ano de 2003, R\$580.000.000,00 foram aplicados. Para o ano de 2004, está previsto um aumento de 40% na área da saúde. Logo, deverão ser aplicados cerca de R\$815.000.000,00. Falo isso para aliviar a preocupação de V. Exa., que é bem informado.

Referimo-nos também à doação de órgãos, que é fundamental. Em 2003, tivemos mais de 1.500 doações. Em 2004, estão previstas mais de 2 mil. Estamos avançando. Quanto à área de vacinação, no que se refere às seis principais endemias, 94% da população mineira foi vacinada. Então, sem dúvida, estamos avançando, pois contamos com um Secretário de grande experiência, particularmente na área de planejamento. Ele trabalha com planejamento e organização extraordinariamente. Ocupamos esta tribuna para fazer justiça ao Governo Aécio Neves e ao Secretário da Saúde.

Antes de finalizar nossas palavras, agradecemos novamente aos colegas a convivência amigável e cordial e pedimos a Deus que proporcione a todos um feliz Natal e um 2004 coberto de bênçãos. Que a luz divina guie os seus caminhos e de suas famílias para que continuemos juntos, trabalhando alegres, consolidados, firmes, cada um em sua posição, pela grandeza do nosso Estado e do nosso povo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos finalizando os trabalhos. Em meu pronunciamento, tentarei não adotar apenas um procedimento de defesa nem questionar o que a Oposição aqui expôs. Seguirei outra vertente.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais está dando um exemplo, visto que, nos últimos cinco anos, foi o Poder que registrou menor crescimento de recursos orçamentários. Comparando com os demais, nosso crescimento não chegou à metade do mais próximo, não atingiu 20% do índice de crescimento dos Poderes que tiveram, por necessidade ou por questão de gestão, um crescimento, em nosso entender,

excessivo, em relação à estrutura, à situação econômica do Estado. Destarte, hoje a Assembléia tem moral para questionar as contas do Estado, não só do Executivo, mas também dos outros Poderes. O Presidente Mauri Torres está dando esse cunho de austeridade à gestão. A sociedade está querendo não só do Legislativo, mas também dos outros Poderes maior eficácia e melhor utilização dos recursos. Minas passa por mudanças, que não se podem refletir apenas em uma peça orçamentária, mas em todas as ações do Governo. A primeira preocupação foi organizar a estrutura do Estado.

Eram necessárias essas mudanças que estão sendo feitas. A reforma administrativa, que foi significativa, está avançando. Se imaginarmos Minas Gerais há um ano, perceberemos grande avanço em sua administração e seu planejamento. Hoje temos 31 projetos estruturantes dentro do Estado, cada um com seu responsável. Sabemos de quem cobrar e como acompanhar a realização de cada projeto.

Eu, como relator, parlamentar e cidadão, não estou satisfeito com os números do orçamento e tenho certeza de que o Governador Aécio Neves também não está. Mas são os recursos dos quais dispomos, que, obviamente, não podem atender a todas as demandas do povo de Minas Gerais. Mas, com esforço, dentro das limitações, estamos buscando melhor alocação desses recursos. Entendemos os questionamentos aqui apresentados por companheiros da Oposição, mas o Governo, somente no tocante aos recursos da área de saúde, tão questionados, teve o cuidado de fazer uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado. E ontem saiu uma instrução normativa desse Tribunal assegurando que o procedimento realizado na estruturação do orçamento da saúde estava correto.

Fazer comparação entre recursos da União e do Estado é o mesmo que comparar o orçamento do Estado com o de determinado município. A União tem certas especificidades que não temos no Estado, como a Desvinculação de Recursos da União - DRU. Recentemente foi aprovada uma desvinculação de 20%. Com isso, tem-se mais flexibilidade para o orçamento da União.

Se compararmos o Brasil de hoje com o de um ano atrás, veremos que o atual está melhor. Queremos que continue havendo essa interação entre os Estados e a União, ocorrida graças à ação política do Governador Aécio Neves junto ao Presidente e aos Ministros. Tomara que esse relacionamento traga muitas vantagens para nosso Estado.

Com relação ao questionamento sobre o déficit do Estado, durante anos vimos o contrário. O Governo afirmava que haveria equilíbrio fiscal no Estado, e assistíamos ao contrário. Agora, a situação se inverteu. O Governo apresenta um orçamento que demonstra que haverá um déficit e menciona na peça orçamentária, e não nos números, que tem expectativa de conseguir alguma coisa próxima a 500 milhões de acréscimo. E tomara que venha um acréscimo, não de 500 milhões, mas de 1 bilhão ou mais, porque, com isso, teríamos equilíbrio fiscal e até gerariamos superávit.

O funcionário público estadual está querendo esse equilíbrio fiscal, porque essa é a única forma de ele ter aumento salarial. Já passou aquela época em que se pensava que poderia haver déficit à vontade. O próprio Governo Federal hoje é muito rígido no acompanhamento das contas do Estado. Há exigências do Governo Federal não só para que se dê aval ou para que se façam convênios espontâneos, mas também para que haja boa gestão fiscal do Estado.

Neste ano, sentimos essa evolução da peça orçamentária. Queremos que o Estado tenha mais recursos. Gostaria que não houvesse tantas vinculações, mas que cada orçamento fosse amplamente discutido, para que os recursos fossem alocados nas prioridades. Se 25% ou 30% forem o suficiente para a educação em determinada circunstância, por exemplo, está perfeito. Mas estamos longe de atingir essa maturidade de gestão pública. Talvez algum dia a alcancemos.

Outro ponto importante foi a sinalização, na LDO, do déficit orçamentário. Pela primeira vez fizemos uma grande discussão sobre o PPAG, em interação com o orçamento. Ressalto a atuação do Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, que, com total apoio do Secretário de Planejamento, proporcionou a realização de seminários em que o PPAG foi dissecado, de onde surgiram importantes contribuições para o enriquecimento do nosso orçamento. O Governo entende a necessidade dessa abertura com todos os parlamentares, da base ou da Oposição.

Outro ponto importante nesse orçamento foi a reunião da comissão de compatibilização com o Governador e com todos os Chefes dos Poderes, para que houvesse prévio conhecimento da proposta orçamentária e da situação fiscal do Estado. A elaboração do orçamento, o envio da proposta orçamentária e sua tramitação tiveram uma diferença para melhor.

Faço menção especial à Comissão de Fiscalização Financeira, que passamos a integrar, composta de Deputados responsáveis, que conhecem o assunto e aperfeiçoam cada projeto. Faço especial referência ao Deputado Ermano Batista, que tem se havido com muita competência, lealdade e seriedade no comando dessa comissão, principalmente na recente relatoria do Projeto de Lei nº 1.083/2003, referente às taxas dos cartórios.

Deputados Chico Simões, Jayro Lessa, Sebastião Helvécio, José Henrique, Doutor Viana, companheiros da Comissão de Fiscalização Financeira, os senhores nos ajudaram muito não só na discussão dos projetos dos quais fomos relatores, como no encaminhamento da discussão do orçamento.

Cumprimento os Deputados da Liderança do Governo - Deputados Alberto Pinto Coelho, Miguel Martini, Antônio Carlos Andrada -, que sempre participaram desses processos facilitando o entendimento e convencendo o Governo das propostas de mudanças.

Deputado Rogério Correia, quero dizer-lhe que, apesar das nossas divergências, houve mútuo respeito, sinceridade e lealdade no desenvolvimento das nossas discussões. O ano de 2003 foi muito positivo para esta Casa. Esperamos continuar trabalhando no seu aperfeiçoamento para que Minas tenha, nesta Assembléia Legislativa, ponto importante para seu desenvolvimento econômico, social e político.

Finalizando, aproveitando a véspera das festas natalinas, desejo aos companheiros e funcionários - principalmente àqueles que nos acompanharam nas discussões demonstrando conhecimento técnico e disponibilidade, que nos possibilitaram desenvolver melhor os nossos trabalhos -, desejo ao povo mineiro um 2004 melhor, mais afortunado, com muita saúde e paz. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 8 a 18, 209 a 221, 305 a 324, 355 a 359, 361 a 369, 371 a 376, 378 a 380, 382, 395 a 397, 408 a 427, 437 a 451, 456 a 458, 462 a 464, 469 a 487, 489 a 492, 494 a 528, 531 a 533, 539 a 557, 575 a 577, 586 a 699, 701 a 754, 779 a 782, 814 a 825, 827 a 836, 838 a 843, 898 a 917, 919 a 928, 934, 937, 949 a 955, 960 a 971, 973 a 975, 999, 1.027 a 1.030, 1.032 a 1.045, 1.047 a 1.054, 1.069, 1.070, 1.072, 1.074 a 1.086, 1.126 a 1.152, 1.161, 1.162, 1.164, 1.174 a 1.176, 1.199, 1.217 a 1.221, 1.404 a 1.410, 1.413 a 1.458, 1.476 a 1.480, 1.482 a 1.489, 1.494 a 1.497, 1.504 a 1.515, 1.635 a 1.649, 1.679 a 1.692, 1.829 a 1.832, 1.834, 1.838, 1.839, 1.841, 1.842, 1.845, 1.846, 1.898 a 1.900, 1.902 a 1.904, 1.906 a 1.911, 1.938 a 1.941, 1.943, 1.945 a 1.965, 1.968 a 1.982 e 1.984 a 2.030 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 360, 370, 377, 384, 465 a 468, 534 a 537, 935, 936, 972, 1.071, 1.073, 1.153 a 1.160, 1.163, 1.165 a 1.167, 1.198, 1.200, 1.481, 1.503, 1.876, 1.882, 1.885, 1.886, 1.888 a 1.890, 1.895, 1.905, 1.912 a 1.915, 1.919 a 1.926 e 1.942. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 1.956, fica prejudicada a Emenda nº 945. Com a aprovação das subemendas que receberam o nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 7, 360, 370, 377, 384, 465 a 468, 534 a 537, 935, 936, 972, 1.071, 1.073, 1.153 a 1.160, 1.163, 1.165

a 1.167, 1.198, 1.200, 1.481, 1.503, 1.876, 1.882, 1.885, 1.886, 1.888 a 1.890, 1.895, 1.905, 1.912 a 1.915, 1.919 a 1.926 e 1.942 . Em votação, as Emendas nºs 1 a 6, 22 a 208, 222 a 304, 345 a 354, 381, 383, 385 a 394, 398 a 407, 428 a 436, 452 a 455, 459 a 461, 488, 493, 529, 530, 538, 558 a 574, 578 a 585, 700, 755 a 778, 783 a 813, 837, 844 a 897, 918, 929 a 933, 938 a 944, 946, 947, 956 a 959, 976 a 998, 1.000 a 1.026, 1.031, 1.046, 1.055 a 1.068, 1.087 a 1.125, 1.168 a 1.173, 1.177 a 1.197, 1.201 a 1.216, 1.222 a 1.403, 1.411, 1.412, 1.459 a 1.475, 1.490 a 1.493, 1.498 a 1.502, 1.516 a 1.634, 1.650 a 1.678, 1.693 a 1.828, 1.833, 1.835 a 1.837, 1.840, 1.843, 1.844, 1.847 a 1.875, 1.877 a 1.881, 1.883, 1.884, 1.887, 1.891 a 1.894, 1.896, 1.897, 1.901, 1.916 a 1.918, 1.927 a 1.937 e 1.944. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Fica, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.116/2003 com as Emendas nºs 8 a 18, 209 a 221, 305 a 324, 355 a 359, 361 a 369, 371 a 376, 378 a 380, 382, 395 a 397, 408 a 427, 437 a 451, 456 a 458, 462 a 464, 469 a 487, 489 a 492, 494 a 528, 531 a 533, 539 a 557, 575 a 577, 586 a 699, 701 a 754, 779 a 782, 814 a 825, 827 a 836, 838 a 843, 898 a 917, 919 a 928, 934, 937, 949 a 955, 960 a 971, 973 a 975, 999, 1.027 a 1.030, 1.032 a 1.045, 1.047 a 1.054, 1.069, 1.070, 1.072, 1.074 a 1.086, 1.126 a 1.152, 1.161, 1.162, 1.164, 1.174 a 1.176, 1.199, 1.217 a 1.221, 1.404 a 1.410, 1.413 a 1.458, 1.476 a 1.480, 1.482 a 1.489, 1.494 a 1.497, 1.504 a 1.515, 1.635 a 1.649, 1.679 a 1.692, 1.829 a 1.832, 1.834, 1.838, 1.839, 1.841., 1.842, 1.845, 1.846, 1.898 a 1.900, 1.902 a 1.904, 1.906 a 1.911, 1.938 a 1.941, 1.943, 1.945 a 1.965, 1.968 a 1.982 e 1.984 a 2.030 e com as Subemendas de nº 1 às Emendas nºs 7, 360, 370, 377, 384, 465 a 468, 534 a 537, 935, 936, 972, 1.071, 1.073, 1.153 a 1.160, 1.163, 1.165 a 1.167, 1.198, 1.200, 1.481, 1.503, 1.876, 1.882, 1.885, 1.886, 1.888 a 1.890, 1.895, 1.905, 1.912 a 1.915, 1.919 a 1.926 e 1.942. À Comissão de Redação.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e a votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23/2003, do Deputado Chico Simões e outros, que acrescenta dispositivo ao art. 73 da Constituição do Estado; e 25/2003, do Deputado Neider Moreira e outros, que altera o parágrafo único do art. 195 da Constituição do Estado (À promulgação.); dos Projetos de Lei Complementar nºs 36/2003, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto do pessoal da Polícia Militar do Estado e dá outras providências; 43/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a cessão de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para entidades associativas de militares e dá outras providências; e 44/2003, do Governador do Estado, que cria o Fundo Financeiro de Previdência - FUNFIP -, e dá outras providências (À sanção.); do Projeto de Resolução nº 1.280/2003, da Mesa da Assembléia, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia e dá outras providências (À promulgação.); e dos Projetos de Lei nºs 177/2003, Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais e de ensino e dá outras providências; 473/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a prática de educação física nas unidades do sistema estadual de ensino; 585/2003, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza empresas públicas ou privadas a gravar sua logomarca em uniforme, mochila, pasta e material escolar doados a aluno de escola pública estadual; 708/2003, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de aviso aos portadores de marca-passo nas portas equipadas com detectores de metais e dá outras providências; 839/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lima Duarte o imóvel que especifica; 840/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Helena Antipoff o imóvel que especifica; 841/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ewbank da Câmara o imóvel que especifica; 850/2003, do Deputado Domingos Sávio, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado; 854/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a inclusão de cláusula contendo a obrigatoriedade da reserva de espaço para a publicidade no interior dos ônibus intermunicipais; 898/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, e dá outras providências; 998/2003, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caratinga área remanescente do imóvel que especifica; 1.037/2003, do Governador do Estado, que altera o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.395, de 6/1/1994, que cria o Fundo de Desenvolvimento Minerometalúrgico; 1.080/2003, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.426, de 27/12/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos; 1.081/2003, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.427, de 27/12/96, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo graus; 1.082/2003, do Governador do Estado, que institui o cadastro técnico estadual de atividades potenciais poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, a taxa de fiscalização ambiental e dá outras providências; 1.133/2003, da Comissão Especial de Acidentes Ambientais, que dispõe sobre os critérios de classificação, segurança e manutenção de barragens para quaisquer fins e de depósitos de resíduos tóxicos, industriais e dá outras providências; 1.134/2003, da Comissão Especial de Acidentes Ambientais, que altera a Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências; 1.239/2003, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 11.394, de 6/1/94, e 12.366, de 26/11/96, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba; e 1.279/2003, da Mesa da Assembléia, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembléia e dá outras providências (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Serei breve. Não poderia encerrar as atividades sem manter aceso o diálogo com um dos mais ilustres e luminosos Deputados desta Casa. Ao longo da sua vida parlamentar, deu uma grande e significativa contribuição ao parlamento mineiro. Pessoa profundamente respeitada. Aliás, devo esse respeito a ele e ao Deputado Bonifácio Mourão. Faço um contraponto. Não podemos encerrar o ano, Deputado Bonifácio Mourão, calando-nos diante das suas considerações. Neste momento, calar seria consentir. Não posso voltar para a minha casa estando de acordo com as suas reflexões.

Trago algumas questões. No início da década de 90, ou seja, em 1992, fizemos o mais importante debate, por meio de um seminário, sobre as questões de saneamento básico neste País. Conheço um pouco a política de saneamento, a importância e a realidade deste País. Há um dado que pode mostrar quão grande é o problema de saneamento como um condicionante da saúde. Por falta de saneamento neste País, em torno de 800 mil pessoas ficam doentes e precisam de internação. A situação é grave. Não tenho dúvidas de que o saneamento deve ser uma prioridade como um fator condicionante da saúde.

Nesse contexto, é preciso investir no saneamento em toda a sua dimensão, ambiental, básico ou simplesmente saneamento. Devemos aplaudir todas as ações voltadas para o saneamento. A lei que criou a política estadual de saneamento - tive a honra de assiná-la como autor - é oriunda desse seminário realizado nesta Casa. Não peço que se retirem recursos do saneamento para pôr na saúde.

O Sr. José Rafael Guerra, Presidente da Frente Nacional Parlamentar em Defesa da Saúde, ex-Secretário de Estado da Saúde, é um cidadão que não é da minha referência, mas dos senhores. Ele se referiu à questão dos investimentos no orçamento federal em função de uma parcela muito melhor do que ocorreu aqui. Disse no seu discurso para o Governo Lula:

"Pelo amor de Deus, não tire o dinheiro da saúde. Vocês estão interpretando que saneamento é saúde? Reconheço que seja isso, mas, pelo amor de Deus, não tire o recurso da saúde para esses outros fins que também são importantes."

Deputado Bonifácio Mourão, não peço que assumam minha interpretação, mas qual é a interpretação do PSDB? É a de chegar ao Governo Federal e dizer: "Pelo amor de Deus, não retirem dinheiro da saúde para combater a fome, não retirem dinheiro da saúde para colocar no saneamento". Precisamos que esses condicionantes também sejam atendidos, mas que garantam os recursos definidos na Constituição, na Emenda nº 29. É verdade que ela não está regulamentada, mas existe uma interpretação do Governo de Minas que é destoante da realidade nacional. Todas as conferências municipais e estaduais de saúde clamaram para que os recursos da saúde não fossem utilizados para o saneamento, para a COPASA, como está proposto neste Estado. Não é tirar o dinheiro de lá, mas tirar o dinheiro da saúde para colocar lá. Clamaram para não tirar os recursos da saúde para pagar aposentadoria. Clamaram para não tirar recursos da saúde dos homens e das mulheres deste Estado para colocar na saúde animal, que também é importante. Qual é a interpretação que vamos fazer? É uma que nega o que define a Conferência Nacional de Saúde, que define o Conselho Nacional de Saúde, que define os representantes do PSDB no Congresso

Nacional? É essa a interpretação que se faz aqui em Minas para sustentar uma distorção que está posta no orçamento do Estado de Minas? Há duas interpretações? A interpretação é de acordo com a conveniência? Não posso concordar com essa situação. É isso que gostaria de colocar.

Quero deixar clara também outra coisa que V. Exa. mencionou. Tenho o maior respeito pelo Secretário de Saúde, Marcus Pestana, uma pessoa cordial e atenciosa, um diplomata, um "gentleman". Não posso condená-lo pelo que está acontecendo. Estou dizendo do Governo do Estado do qual ele faz parte. Essa não é uma crítica ao Marcus Pestana, não é uma crítica a um ou outro Deputado, mas a crítica que faço é ao Governo de Minas, quando propõe o orçamento da maneira como está fazendo, destoante do que é a interpretação da saúde. Respeito o Marcus Pestana, um bom administrador, uma pessoa cortês e cordial, que sempre nos tem atendido, seja nas audiências feitas na secretaria, seja nas convocações feitas por esta Casa. Quero resgatar essa posição.

Outra coisa que quero registrar é que o PROHOSP é louvável em cada hospital que recebe R\$100.000,00, R\$500.000,00, R\$2.000.000,00, R\$3.000.000,00 de recursos públicos para se equipar e se estruturar para atender cada vez melhor a população. Só podemos aplaudir. O problema é tomar R\$12.000.000,00 e fazer uma distribuição que não respeita a PPI, que passa por cima. Ao longo da nossa história, construímos no setor de saúde toda uma estrutura de administração, de referência, de contra-referência, de pactuação, de controle social, e isso está sendo desrespeitado. Tenho ouvido das pessoas que isso está passando por cima das instâncias de decisão na saúde, o que é sério. Não podemos propagandear gastando só R\$12.000.000,00.

Esses hospitais e outros deveriam também receber.

Deputado Bonifácio Mourão, eu o tenho como meu amigo, mas não posso me conformar e dizer que o Governo gastou mais. Ora, o Governo anterior poderia gastar menos pela ordem constitucional, porque o percentual aumenta a cada ano. Então, por dever constitucional, o Governo deveria gastar mais. É ainda mais grave porque se o Governo anterior não cumpriu o mando constitucional, por obrigação constitucional, deveria gastar mais mesmo. O mais é somente uma afirmação relativa. Só que não gastou o que é necessário à saúde. Esse é o problema.

Quando V. Exa. disse que o Governo gastou R\$580.000.000,00, digo que o fundo estadual de saúde, principal referencial de análise dos gastos da saúde, para nossa tristeza... Vimos o Governo Federal colocar no fundo de saúde - e tinha que colocar segundo o orçamento R\$457.000.000,00 -, mas o último consolidado informa que foram R\$490.000.000,00. O Governo Federal transferiu para Minas. Há tanto clamor em relação ao Governo do Lula, mas já colocou no fundo de saúde mais do que estava previsto no orçamento. Isso é motivo de aplauso.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, temos reclamado que o orçamento não é cumprido ou então, se é cumprido, é-o a menos, mas no caso foi cumprido a mais. No entanto, o Governo do Estado, que tinha de colocar R\$318.000.000,00, conforme a consolidação de outubro, alocou apenas trinta e poucos milhões. Não estou trabalhando com fantasia, mas com dados.

Desejo muito sucesso ao Governo, mas precisamos de debates. O Secretário Marcus Pestana tem sido muito disponível. Faremos grandes e importantes debates, mas não podemos ficar apenas nos debates. Os resultados de nossas discussões têm de ser em favor da população de Minas. Se esses debates houver nesse sentido, terei o maior prazer não de gastar o meu tempo, mas de investir o tempo precioso para representar os interesses do povo de Minas e garantir mais saúde, cidadania e dignidade.

Sr. Presidente, mais uma vez, muito obrigado. Foi e é um prazer participar com V. Exa. da Mesa, que com tanta dignidade e honradez dirige no sentido de podermos fazer da Assembléia Legislativa, como já foi dito por vários parlamentares, um espaço de construção da democracia, um exemplo, um modelo, que, se Deus quiser, será um exemplo para o Brasil do bom uso dos recursos públicos, da transparência e da justiça social. Muito obrigado a todos.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, antes de declarar meu voto, quero cumprimentar o nosso bloco, do PT-PCdoB, na pessoa do nosso Líder, Rogério Correia, da Vice-Líder, Jô Moraes e de todos os companheiros e companheiras. Cumprimento também a Mesa da Assembléia, na pessoa de S. Exa., porque somos testemunhas de que tem trabalhado de maneira transparente e competente. Nosso companheiro Adelmo Carneiro Leão nos representa na Mesa, mas cumprimentamos, na pessoa do Presidente, toda a Mesa.

A votação do orçamento foi muito importante. Foram relatadas na Casa as discordâncias que temos relativamente à saúde, à necessidade de maiores investimento para a UEMG. Fizemos um estudo detalhado dos orçamentos de 2003 e 2004, nos tópicos relativos à saúde. O próprio relator, Deputado Mauro Lobo, disse que há grande expectativa e necessidade de investimento maior nas políticas públicas.

Desejamos que o Estado possa chegar ao ponto de o orçamento ter recursos para investimento.

Sabemos que as áreas sociais não produzem gastos, mas investimentos. Ao mesmo tempo, queremos reafirmar a importância desta Casa para o acompanhamento da execução do orçamento. A discussão e a votação do orçamento são a primeira etapa. Compete ao Legislativo, e é atribuição de cada um de nós, acompanhar de perto sua execução, para que os recursos públicos sejam usados de maneira correta, transparente, com participação popular nas decisões finais. Que o orçamento seja cumprido como foi votado. Que ele não seja apenas uma peça indicativa, mas um planejamento de fato!

Quero desejar a todos os Deputados desta Casa, a todos os funcionários e ao povo mineiro um Natal em que haja, de fato, paz e fraternidade, alicerçados na justiça. Desejo a todos um 2004 em que avancemos na construção de uma sociedade em que haja mais partilha. Isso tem de ser reafirmado aqui, pois foi um compromisso do Governo Federal, de Lula e de sua equipe. Ele tem somado esforços, tem tido uma postura democrática e responsável com todos os Governadores e Prefeitos do País. Ele está construindo coletivamente, não está fazendo exclusões, colocando o bem comum, a soberania do País, os interesses da nossa sociedade e os excluídos em primeiro lugar. Muito obrigada.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para dizer que a Oposição, quando vota o orçamento, compreende que ele é a cara do programa que o Governador Aécio tem para este Estado. Mas temos diferenças. Compreendemos que as prioridades não estão sendo atendidas na visão de um Estado que investe. Mas compreendemos também que esta Casa aperfeiçoou o projeto. O Deputado Mauro Lobo fez, com uma atitude serena, um bom trabalho.

Quero registrar aqui que o Líder do Governo teve a capacidade de ser interlocutor da Oposição e de sensibilizar o Governo para que alguns aspectos fossem atendidos. É uma grande conquista desta Casa e do povo mineiro o acréscimo que o orçamento colocou para as vítimas de tortura do período da ditadura militar. São homens e mulheres que deram o melhor de sua vida pela defesa da liberdade. Sem dúvida, este orçamento ficará registrado, ao integrar essa emenda que assegura recursos para as indenizações. Ele tem o registro desta Casa e do Governo mineiro, pois esperamos que sejam resgatadas as injustiças que o Estado brasileiro um dia fez.

Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos desta Casa. Enquanto membro do PCdoB, que, há 55 anos não tinha uma representação nesta Casa, registro o testemunho da capacidade democrática dos Deputados, ou seja, da capacidade de conviverem com as diferenças, de saberem compreender que temos opiniões diferentes sobre a condução dos trabalhos. Temos a compreensão unânime de que esta instituição tem o mais pleno registro do povo que ela representa, um povo que tem suas virtudes e seus defeitos. Esta Casa, como

expressão da sociedade, incorpora suas virtudes e defeitos. Na convivência democrática, ela também aperfeiçoa e desenvolve uma visão melhor do mundo e da vida.

Agradeço a todos, aos que pensam diferentemente de mim, aos que têm uma visão mais próxima das convicções de defesa do Estado nacional que o PCdoB tem.

Ao finalizar, gostaria de fazer um registro. Por sugestão da Deputada Maria Tereza Lara e com a anuência de todas as Deputadas, foi acatada por essa Mesa e por V. Exa. uma solicitação simbólica. Ao passarmos a ter um registro, no cumprimento da institucionalidade, destacando Deputadas e Deputados e se referindo a eles por gênero, queiram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficar cientes de que esse gesto simbólico representa uma conquista da democracia e dá visibilidade aos homens e às mulheres para que construam uma terra de igualdade. Que todos tenhamos um bom ano de lutas!

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Presidente. Já estamos encerrando os nossos trabalhos e votaremos a redação final daqui a pouco. Cumprimos nossa tarefa este ano. Projetos importantes foram aprovados nesta Casa. De modo especial, quero agradecer às Deputadas e aos Deputados, aos membros das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, de Transporte e de Saúde, das quais participei. De maneira particular, quero agradecer aos assessores e a todo o corpo de funcionários desta Casa, que prestaram assessoria de qualidade, com presteza e com muita responsabilidade as Comissões.

Também gostaria de agradecer, de maneira especial, ao Secretário da Saúde, Marcus Pestana, que tem dado atenção especial à Comissão de Saúde e que tem atendido principalmente às reivindicações das regiões mais carentes do Estado. Para o ano que vem, temos uma expectativa muito grande com o orçamento. Com toda a certeza, no ano de 2004, Minas e o Brasil serão diferentes, com os orçamentos dos Governos Federal e Estadual. Conhecemos as dificuldades, mas sabemos que o Governador saberá aplicar os recursos. Cabe às Deputadas e aos Deputados fiscalizar e acompanhar os fatos de perto. No Governo passado, Minas andou para trás. Minas Gerais foi muito prejudicada pelo Governo anterior. Mas as esperanças se renovaram, e, no ano que vem, se Deus quiser, teremos mais empregos, mais saúde, educação e saneamento.

Quero desejar a cada parlamentar, a cada funcionária, funcionário e assessor desta Casa, bem como a todos os que nos assistem pela TV Assembléia, um feliz Natal. Que o espírito de Natal seja vivido realmente por todos nós com muita solidariedade e fraternidade e que levemos esperança a nossos irmãos! Que no ano que vem estejamos todos aqui aprovando projetos que sirvam realmente ao bem comum!

Quero, ainda, agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, que conduziu esta Casa com muita democracia neste ano. Todas as vezes que estive no gabinete de V. Exa., mesmo quando estava atendendo a outros parlamentares ou estava recebendo outras visitas, V. Exa. nos atendeu com muita presteza, com muito carinho. Espero que não somente os parlamentares, mas todos os que vierem a esta Casa, tenham esse atendimento. V. Exa. está de parabéns, assim como toda a Mesa, as diretorias e os assessores da Casa.

Também quero pedir desculpas aos colegas das vezes em que, no calor da discussão, perdemos as estribeiras. Isso faz parte de nosso trabalho. Desejo a todos um feliz Natal e um Ano-Novo com muita saúde, alegria e felicidade. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Vereador Tenente Lúcio de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, da Vereadora Gerônima Carlesso, Vice-Presidente, e do Vereador Antônio Carrijo, 1º-Secretário, ordenador de despesas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.116/2003, do Governador do Estado, que estima a receita e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2004. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto* - Sr. Presidente, votaremos agora a redação final do orçamento. Redação nos lembra escrita, palavra, letra, que está no papel e a votaremos. Não julgarei se é a melhor ou não, mas está no papel.

Gostaria de colocar aqui três itens: uma constatação, uma preocupação e uma esperança.

A constatação é que temos, neste ano de trabalho deu para perceber, muitas leis. Há muita letra no papel, o que nos confunde muito e até aciona o Judiciário em função de interpretação. Quem sabe poderemos fazer um grande trabalho a partir do ano que vem, de revogação de leis, aquelas que estão caducas ou que já não trazem benefício para a nossa população?

A preocupação é que a letra fique apenas no papel e não seja executada. Preocupamo-nos com que as rubricas, os itens e as verbas colocadas no orçamento não tenham uso correto. Infelizmente, neste ano constatamos o uso indevido do dinheiro público em diversas situações, como no caso da COMIG. Entramos, aliás, com um pedido de CPI e, no início do ano que vem, entraremos novamente com esse assunto. Digo isso com relação aos anos anteriores, pois este ano o Governador suspendeu os convênios da COMIG, mas houve mau uso. No caso do fundo SOMMA houve várias irregularidades, assim como também houve no caso do FUNDEF. Graças a Deus, não é a maioria, mas há muitos casos. Então, fica a preocupação de que a letra não saia do papel e que continue havendo desvio do dinheiro público.

A esperança, vamos terminar, é claro, positivamente, que continuemos o trabalho, que a sociedade se organize no controle social do Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Esperamos que os conselhos paritários, as associações, enfim, que o povo se organize e que a cidadania seja conquistada. Essa é uma grande esperança.

Por falar em esperança, estamos em tempo de Natal. Que todos possamos participar intensamente da fecundidade libertadora do Natal, que é sempre feliz para quem assume o projeto da vida. Que o ano seja de realizações em benefício do nosso povo.

Termino com uma frase da doutrina social cristã: "A razão de ser do Estado é exercer o poder que emana do povo em benefício do próprio povo." Sejamos fiéis a isso.

Encaminho, portanto, pela votação favorável à redação final, na esperança de que a letra se torne vida. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.116/2003. À sangão.

Declaração de Voto

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, quero parabenizar o nobre Deputado Laudelino por suas palavras e dizer que, para o ano que vem, estou com muita expectativa.

Que no ano que vem, principalmente para Belo Horizonte, consigamos obras que atendam as comunidades carentes; que a Praça Sete não seja novamente reformada por um custo de quase R\$6.000.000,00; que o metrô realmente seja uma realidade; que os recursos da INFRAERO para os Aeroportos da Pampulha e Tancredo Neves cheguem aos cofres do Estado e do município para que, de fato, as obras sejam concretizadas.

Sr. Presidente, neste ano, em função de nossos requerimentos, foram constituídas duas Comissões Especiais, entre elas a do anel rodoviário, o corredor da morte, em que várias vidas têm sido ceifadas por omissão dos Governos. Esperamos que no ano que vem esse anel receba atenção especial do Governo Federal e que o metrô de Belo Horizonte não seja apenas uma peça, uma oportunidade para a política e para as eleições municipais, principalmente na região de Venda Nova e no ramal Calafate-Barreiro. Que esse metrô, que já consumiu R\$850.000.000,00, seja realmente para a população uma condução mais barata, mais rápida e mais eficaz. É a comunidade mais carente de Belo Horizonte que vive nas regiões do Barreiro e de Venda Nova.

Portanto, também tenho a expectativa de que as rubricas sejam cumpridas, porque o orçamento é apenas uma peça fictícia: aprovamos os projetos, mas os recursos não cheguem e não são concluídas as obras aprovadas.

Por fim - quem sabe, Sr. Presidente -, esperamos que, no próximo ano, o Ministro das Cidades atenda ou receba um parlamentar desta Casa em seu gabinete, já que, infelizmente isso não foi possível neste ano. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a atenção e a consideração que as Deputadas e os Deputados tiveram com a condução dos nossos trabalhos. Agradeço penhoradamente a colaboração de todos. Agradeço ainda aos servidores desta Casa, que, com muita correção e dedicação ao trabalho, permitiram que concluíssemos os trabalhos com bom desempenho. Tenho certeza de que a sociedade vai reconhecer esse trabalho. Desejo a todos um feliz Natal e um próspero ano-novo.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião solene de hoje, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 1.116/2003, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA REUNIÃO SOLENE, EM 19/12/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as seguintes Deputadas e os seguintes os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - a Deputada Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h15min horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Mauro Lobo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião ao encerramento da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos para que seja redigida a ata da reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

Ata

- O Deputado Mauro Lobo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da presente reunião, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os Deputados, à imprensa, aos telespectadores, ao corpo de servidores desta Casa e, principalmente, a todos os mineiros os seus votos de um feliz 2004, cheio de realizações.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.